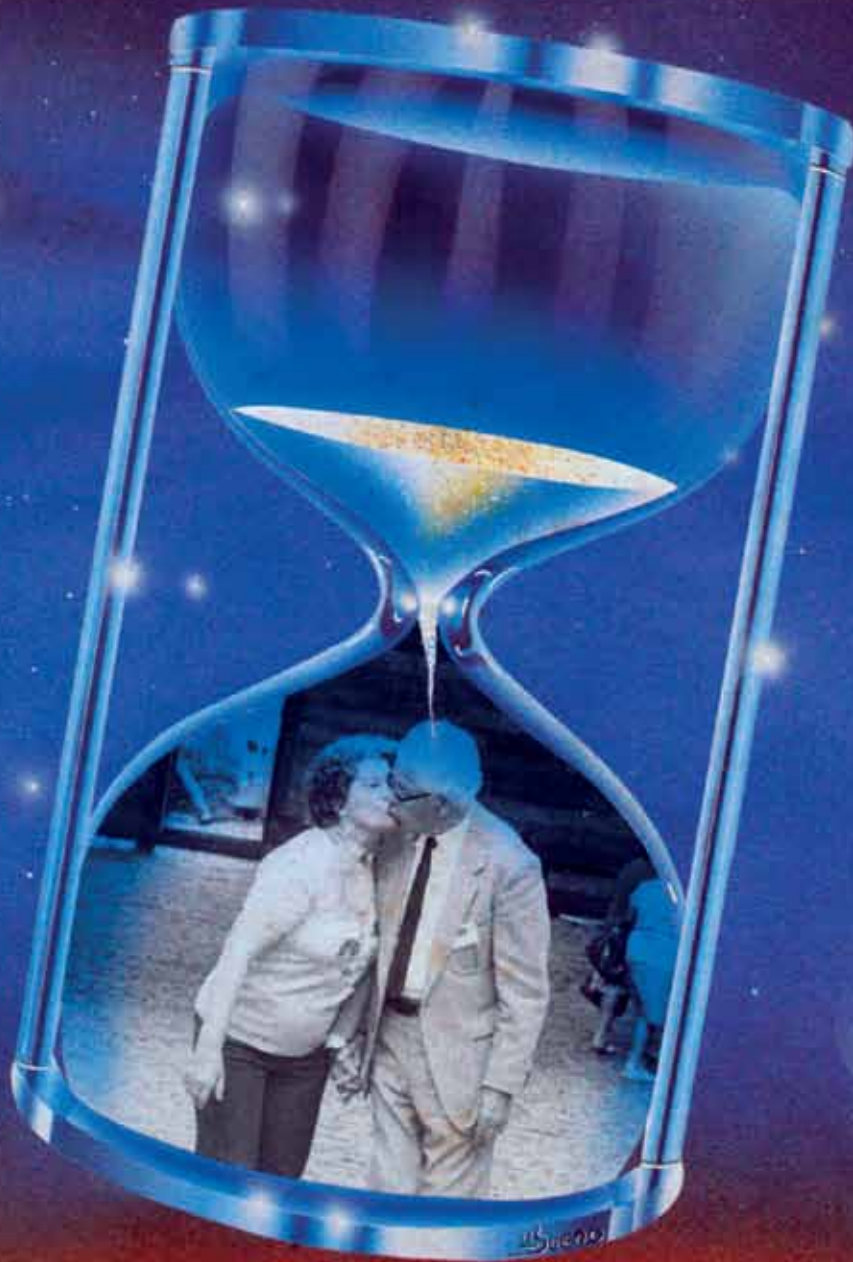


Aterceira Idade

ANO 2 - Nº 2



SESC
SÃO PAULO

Recebemos de diversos Departamentos Regionais do SESC e de outras instituições tanto públicas como privadas palavras de incentivo, por ocasião da edição do primeiro número desta revista.

Queremos agradecer a força e o apoio e afirmar que continuamos na disposição de trabalhar com todo o afincamento para apresentarmos um produto cada vez melhor, a fim de que cada leitor se sinta não só sensibilizado diante dos problemas da terceira idade, mas sobretudo encontre nesta publicação subsídios válidos que lhe permitam desenvolver com mais segurança suas ações junto a esta categoria social.

A qualidade, porém, de nosso trabalho vai depender muito do grau de aceitação do público a que nos dirigimos. Sua opinião, portanto, sua crítica e suas sugestões serão o referencial para o prosseguimento de nossos trabalhos em direção aos nossos objetivos. Envie-nos suas impressões a respeito da revista e, seja qual for sua posição, de antemão lhe agradecemos.

A redação

EDITORIAL

nº 2 – outubro/89

Os recursos científicos e tecnológicos colocados à disposição da população tornaram mais eficazes as medidas de proteção à saúde, contribuindo assim para uma sobrevivência maior dos cidadãos. Conseqüentemente, é cada vez mais expressivo o número de pessoas idosas destituídas de seus papéis e funções, pelo fato de terem sido afastadas compulsoriamente do ciclo da produção no momento da aposentadoria.

Como agravante, a sociedade, por sua vez, não está suficientemente preparada para receber este novo contingente populacional que tem os mesmos direitos de participação que os demais membros do corpo social. Desta forma, o problema do aposentado, tanto nos países industrializados como nos menos desenvolvidos, constitui uma realidade complexa, uma questão difícil de ser equacionada.

Vivemos uma situação de crise, o que é peculiar a toda fase de transição. Todas as categorias sociais estão se ressentindo desse clima de incertezas. Por suas características específicas, os aposentados se sentem particularmente inseguros e preocupados. O grande desafio é procurar caminhos que permitam a esse grupo continuar integrado em seu meio social, em igualdade de condições.

Essa edição de "A Terceira Idade" contém algumas colocações que acreditamos sejam úteis para a reflexão sobre este momento da vida dos idosos.

Não tivemos a pretensão de esgotar o assunto. Gostaríamos de conhecer as idéias do leitor a esse respeito. Nossa publicação oferece também suas páginas para aqueles que quiserem se manifestar sobre o assunto da velhice em seus vários aspectos. Queremos discutir. O debate está aberto.

ARTIGOS

- 4 **APOSENTADORIA E ÉTICA SOCIAL**
Marcelo Antonio Salgado
- 9 **TRABALHO, APOSENTADORIA E ALIENAÇÃO SOCIAL**
José Carlos Ferrigno
- 16 **ENVELHECIMENTO SOCIAL**
Edith Motta

EXPERIÊNCIAS

- 40 **PROGRAMA DE PREPARAÇÃO PARA A APOSENTADORIA**
Maria Tereza La Macchia
Oswaldo Gonçalves da Silva
- 49 **PROGRAMA DE REFLEXÃO SOBRE APOSENTADORIA**
Nestor dos Santos Saragiotto
Maria Lúcia Botelho Lot

SEÇÕES

- 1 Editorial
- 2 Cartas
- 3 Apresentação
- 51 Bibliografia Comentada
- 52 Informações

A TERCEIRA IDADE

Publicação Técnica editada pelo Serviço Social do Comércio (SESC) Administração Regional no Estado de São Paulo. Av. Paulista, 119 – 9º andar – CEP 01311 – Tel.: 284-2111 – São Paulo. **COMISSÃO EDITORIAL:** Danilo Santos de Miranda (Diretor do Departamento Regional), Jesus Vazquez Pereira (Superintendente Técnico-Social), Marcelo Antonio Salgado (Gerente de Estudos do Lazer e da Terceira Idade), Oswaldo Gonçalves da Silva, Maximino Antonio Boschi, José Roberto Moreira. **JORNALISTA RESPONSÁVEL:** Célia Moreira dos Santos – RMT 10302. **PROJETO GRÁFICO:** Eron Silva. **PRODUÇÃO GRÁFICA:** Cláudia Rezende Costa. **ILUSTRAÇÃO:** Betty Rose Kurc Botelho. **ARTE FINAL:** Maria Cristina Tobias Dias. **ILUSTRAÇÃO CAPA:** Waldemar Bueno. **COMPOSIÇÃO:** Lenira Martins da Silva. **IMPRESSÃO:** Odair Antenor/Lourival de Souza Filho.

ABRAM SZAJMAN
Presidente do Conselho
Regional do SESC

Sempre acreditamos no homem. Por isso, dentro de nossa linha de pensamento ele tem prioridade absoluta. Os princípios de justiça que fundamentam nossa convicção nos despertam para o sentido de responsabilidade que devemos ter em face de certos problemas que podem assumir proporções indesejáveis, se medidas preventivas não forem tomadas com a devida urgência.

Os estudos e projeções estatísticas não deixam mais dúvidas sobre o crescimento acelerado da população idosa no Brasil. Por outro lado, a análise da situação em que vivemos nos apresenta um quadro de necessidades que precisa ser avaliado cuidadosamente e equacionado dentro de critérios mais humanitários.

Em relação ao idoso, é imprescindível que a sociedade brasileira, apesar de todo o seu descompasso atual, crie instrumentos capazes de mantê-lo integrado em seu meio, utilizando seu inegável potencial de energia e criatividade. Infelizmente, o que se observa é uma tendência generalizada em discriminá-lo e confiná-lo, sem o mínimo respeito devido ao ser humano.

Se a sociedade tradicional visava sobretudo prevenir a marginalidade e assegurar o mesmo padrão de comportamento dentro dos ensinamentos da tradição, o mesmo não ocorre nas sociedades modernas, onde os indivíduos devem enfrentar situações novas para as quais a tradição não tem respostas.

Apesar do esforço de muitas empresas e instituições no sentido de preparar os trabalhadores para a aposentadoria ou reuni-los em grupo para resolver o seu problema de solidão, consideramos ainda muito tímidas as iniciativas das lideranças nacionais nesta área social. É preciso mais agressividade, sobretudo quando se trata de encontrar alternativas para minimizar os problemas de pessoas que, tendo contribuído com seu trabalho para a construção da sociedade, foram injustamente marginalizadas ao aposentar-se. Temos uma dívida para com este segmento da população e resgatá-la é um dever que nos incumbe.

Aposentadoria e Ética Social

Independente da circunstância em que ocorra, cercada ou não de amparo material, a aposentadoria traz geralmente a eminência de um conflito individual e social.

MARCELO ANTONIO SALGADO
Gerontólogo e Epidemiólogo Social
Gerente de Estudos do Lazer e da Terceira Idade – SESC/DR-SP

N

as sociedades da atualidade a instituição aposentadoria aparece como uma das mais fortes organizações sociais dos sistemas sócio-políticos. A universalização da aposentadoria como instituição social é fenômeno deste século, ganhando maior organização nas últimas décadas. Originalmente constituiu-se num sistema de organização voluntária por parte de alguns grupos de trabalhadores, com o objetivo fundamental de atender materialmente ao indivíduo ou a seu grupo familiar em questões de doença, invalidez e morte. Na sua evolução a instituição aposentadoria revestiu-se de um caráter de lei social, objetivando dar sustentação econômica ao trabalhador, numa etapa do ciclo de vida na qual decaem suas forças físicas ou aptidões para o trabalho. Esse conceito parte do princípio de que o trabalhador que no decorrer de sua existência deu contribuições expressivas à sociedade, deve ser ajudado na sua velhice. Entretanto, a generalização da aposentadoria criou um princípio de identidade para a velhice, definindo esse tempo do ciclo de vida pela inatividade. A aposentadoria decreta funcionalmente a velhice, ainda que o indivíduo não seja velho sob o ponto de vista biológico. Por outro lado, a aposentadoria manteve uma relação direta com a questão da produtividade. Os trabalhadores idosos, seja pela perda da força física, seja pelo desconhecimento ou inadaptação às novas técnicas, são menos preferidos. Assim, a aposentadoria é uma forma de produzir a rotatividade da mão de obra no trabalho, pela troca de gerações.

Nos países desenvolvidos a aposentadoria vem ocorrendo entre pessoas cada vez mais jovens. Com isto, cai por terra a concepção da incapacidade para o trabalho como razão primordial para aposentadoria, que é substituída pela desvalorização da força de trabalho, camuflada nos critérios da idade cronológica e tempo de serviço. As pessoas se aposentam porque, por critérios diversos, são julgadas pouco interessantes para o trabalho. Porém, por outro lado, existe a concepção do direito do repouso remunerado, como retribuição do sistema político ao indivíduo que dedicou grande parte da sua vida à sociedade. Portanto, a aposentadoria combina dois princípios extremamente fortes: o da desvalorização e o da proteção social.

A generalização da aposentadoria acabou por criar uma nova etapa no ciclo de vida, não muito identificável nas sociedades pré-industriais. Em épocas anteriores estavam nitidamente reconhecidas as idades da infância e adulta. A primeira era identificada como o tempo da educação e formação para o trabalho, enquanto a segunda, o tempo da produção. Aqueles que por razões de envelhecimento se tornavam menos aptos para executarem determinadas tarefas ligadas à produção, passavam a se ocupar com trabalhos mais ligados ao ambiente doméstico. Desta forma havia na velhice uma substituição de ocupação que mantinha até certo ponto a dimensão produtiva da vida. A melhor qualificação para o trabalho determinou a ampliação do tempo de formação escolar e, conse-

qüentemente, o surgimento de uma idade intermediária entre a infância e a idade adulta – a adolescência. Também a sociedade industrial propôs novas formas de organização do trabalho e a necessidade da substituição constante de trabalhadores idosos por mão de obra com formação técnica mais atualizada, adaptada às exigências de produção e, portanto, mais rendosa. Assim, a necessidade de substituição das gerações no trabalho, conjugada com a obsolescência da mão de obra mais idosa, determinou a aposentadoria e, como conseqüência, a idade social da velhice.

Nos dias atuais, a velhice como etapa particular do ciclo de vida difere da velhice das sociedades pré-industriais, com a figura do patriarca no comando de uma propriedade rural com poder e autoridade. O velho patriarca era poderoso e venerado por todo o grupo familiar, particularmente por seus descendentes que esperam, um dia, herdar o seu patrimônio. Para ter o controle dessa posição, o patriarca adotava grande número de estratégias, a fim de retardar a transmissão do seu patrimônio a seus descendentes e muitas vezes, quando o fazia, ainda mantinha grande ou parcial poder sobre as coisas. Paralelamente, a essa figura poderosa e rica opunha-se a do velho pobre que precisava ser acolhido por seus filhos ou pela assistência pública, quando não mais pudesse trabalhar. A aposentadoria conferiu o princípio de identidade à velhice, transformando-a em um tempo particular do ciclo de vida, cuja principal característica é a da inatividade profissional. O ciclo de

vida se redefine, pois, antes da alta idade, e inter-põe uma nova etapa que é a aposentadoria entendida como a velhice funcional, sem que o indivíduo seja ou esteja necessariamente velho.

Independente da circunstância em que ocorra, seja cercada de amparo material ou com a queda de recursos para a subsistência, a aposentadoria traz para a grande maioria dos trabalhadores a eminência de um conflito individual e social. Conflito social, pois após anos de trabalho a sociedade alija da produção homens e mulheres que ainda reúnem força e entusiasmo para continuarem participando. A própria experiência acumulada confere a muitos trabalhadores as condições de conhecimento e equilíbrio psico-emocional, imprescindíveis ao trabalho economicamente produtivo. Muitas pessoas, independentemente da idade ou tempo de trabalho, não se encontram preparadas psico-emocionalmente para a parada profissional e nem sequer a desejam. Entretanto, a moral social, escudada no conceito aparentemente humanitário de que o indivíduo idoso deve usufruir de um *permanente repouso remunerado*, transforma muitas pessoas em vítimas de seu próprio descanso.

A aposentadoria coincide normalmente com o envelhecimento, sendo este último aspecto um condicionante da mudança, exigindo de cada um a segurança e maturidade para enfrentar e aceitar as modificações graduais que estão ocorrendo. Parar de trabalhar significa a perda do papel profissional e, conseqüentemente, a perda de papéis junto à família e junto à sociedade como um todo. A interiorização emocional dessas perdas, socialmente tão significativas para todos os homens, determina um certo afastamento da sociedade, traduzido pelo distanciamento do aposentado da convivência de diversos grupos, do não assumir responsabilidades e da isenção de participação em movimentos, sejam eles quais forem. Concomitantemente, a sociedade se distancia do aposentado, não o convocando para participar e não reconhecendo a sua existência social. Assim, a estrutura social também é uma das responsáveis pelo isolamento do idoso.

Ao longo de toda a existência somos induzidos pela sociedade a um processo de engajamento contínuo, seja através da atividade profissional, seja por intermédio da participação no grupo familiar e nos demais grupos sociais. O processo educativo que nos acompanha ao longo de nossa existência nos marca com a concepção da responsabilidade que temos para com a sociedade, como agentes transformadores de seus caminhos. A vida

é centrada no trabalho e nos compromissos familiares. Para muitos a possibilidade de formular projetos pessoais é limitada e a existência transcorre numa sucessão de compromissos nesses dois universos, sem grandes possibilidades de desenvolver outras aptidões e interesses mais particulares. A capacidade de formular projetos pessoais é enfraquecida e em alguns casos absolutamente nula. Essa situação se reflete especialmente entre os operários, pois a natureza de seu trabalho lhes dá pouca autonomia e a qualidade do ambiente social limita a capacidade de formular projetos sociais, sobre os quais se possa reformular a vida a partir da aposentadoria.

A socióloga Anne Marie Guillermand (1) a esse respeito observa que "para se encontrar novos papéis e se desenvolver atividades durante a aposentadoria é preciso estar ativo e poder mobilizar recursos. A maneira de viver durante a aposentadoria é o resultado, em termos de atividades e relacionamentos sociais, dos recursos acumulados pelos aposentados durante as várias etapas de sua existência. Quem não acumulou recursos encontra a morte social na aposentadoria, sendo uma espécie de marginalizado, não descobrindo formas de transformar o tempo livre em projetos sociais. Nestes casos, a aposentadoria é um tempo sem sentido. É um vazio onde há apenas repetições de gestos unicamente para sobreviver. É um tempo monótono, interrompido apenas pelos ritmos biológicos de comer, dormir e se distrair. Tudo recomeça no dia seguinte absolutamente igual ao da véspera. É um tempo de poucos contatos sociais e de isolamento. Para muitos aposentados resta apenas a aparência do tempo, que é o tempo cronológico. Eles não têm mais o ritmo do trabalho nem o ritmo da família. Resta-lhes o ritmo abstrato do tempo cronológico, como o marcado pelo pêndulo de um relógio". A vida de trabalho interrompida de maneira brusca pela aposentadoria pode resultar na desorganização individual e social. O tempo se amplia extraordinariamente pela própria sensação do tédio e do vazio decorrentes da pobreza das tarefas e ocupações do cotidiano, sem a presença das "funções nobres" da atividade profissional.

A probabilidade de se sentir em desigualdade com aqueles que ainda trabalham e a própria dificuldade de manter os relacionamentos sociais construídos naquele universo, isolam o aposentado, favorecendo a perda de capacidades intelectuais e a conseqüente desatualização em relação ao próprio mundo. Todas essas observações nos

levam a concluir que a aposentadoria apresenta um perigo iminente para todos aqueles que não se acham preparados, o que equivale reconhecer como uma verdadeira ameaça ao equilíbrio emocional e à continuidade harmônica da própria existência.

Muito embora se reconheçam as possibilidades de valorização da existência pela própria utilização do tempo livre em projetos mais liberados de compromissos formais, isso não acontece para a maioria dos homens de nossa época. As projeções que se fazem da própria aposentadoria são uma pálida imagem da realidade, pois, geralmente, se leva em consideração apenas a liberação de compromissos profissionais e o domínio total sobre o tempo e sua utilização. Formam-se, por vezes, sonhos cor-de-rosa a respeito do que realizar, sem que se analise a viabilidade desses sonhos pela checagem com o comportamento cotidiano, ou mesmo com a base de experiência que se tem para que sejam realizados. É comum que os recém-aposentados invistam em expectativas que de imediato se revelam insatisfatórias, deixando emergir a frustração. É necessário que se entenda que para tudo na vida é preciso de um preparo que nos garanta certa probabilidade de sucesso, quando da sua realização.

Nas sociedades atuais e mais particularmente nos países em desenvolvimento, a cultura vigente determina um modelo de educação muito voltado para formar os homens para a produção. É a concepção da educação, não como um elemento de formação para a vida, e sim como uma estratégia para se alcançar o desenvolvimento econômico, condição essa na qual o trabalho deve ser priorizado como atividade humana. Nas sociedades desenvolvidas, onde a riqueza já se encontra melhor distribuída entre os diversos segmentos populacionais e os indivíduos estão um pouco mais liberados do compromisso exclusivo com a produção, tem emergido a consciência da necessidade de se contestar o homem produção econômica, equilibrando-o na dimensão do lazer, da produção cultural e da própria vida associativa. Assim considerado, o indivíduo aposentado apresenta condições ideais dessa vivência socialmente produtiva do tempo livre, transformando o tempo de sua existência para o enriquecimento de sua vida, diferente da maneira vivencial anterior, quando o maior tempo era utilizado na produção. O tempo da aposentadoria pode ser redefinido pela utilidade social e desenvolvimento pessoal com resultados igualmente ou mais satisfatórios do que o tempo

de trabalho. Entretanto, é necessário que o aposentado esteja psicologicamente preparado para compreender essa possibilidade e socialmente apto à consecução desses projetos.

A consciência relativa que a maioria da população tem a respeito da aposentadoria e do próprio envelhecimento nos obriga a considerar a necessidade de uma ação educativa que se proponha a ajudar os indivíduos a se prepararem melhor para usufruir o tempo livre, oriundo da parada do trabalho profissional e redefinirem sua vida a partir do próprio envelhecimento. Esse processo inclui o despertar para os valores do lazer, com dimensões socialmente produtivas, capazes de reagrupar as diversas funções sociais que, ao longo da vida ativa, se distribuíam entre o trabalho, a sociedade e a família. Por outro lado, preparar-se para o envelhecimento significa conhecer bem a cadência natural da velhice, seus limites reais, os estereótipos e os preconceitos, no sentido de se reduzir o processo natural de perda da auto-estima que inevitavelmente acomete a todos aqueles que vêm no envelhecimento um tempo exclusivo de perdas e incompetência.

PROGRAMAS DE PREPARAÇÃO PARA A APOSENTADORIA

Um programa de preparação para a aposentadoria é concebido no próprio conceito de educação permanente, processo que abrange todas as dimensões da vida, todos os campos do saber e todos os conhecimentos práticos que podem ser adquiridos e que contribuam para o desenvolvimento da personalidade humana, pela interação permanente de sua reflexão e ação. A questão social da aposentadoria, com todas as implicações na qualidade de vida humana, estabelece a necessidade de uma educação para o homem maduro, partindo das necessidades e interesses de cada indivíduo, com a finalidade de liberar progressivamente em sua personalidade todas as suas ricas dimensões. Os indivíduos mais idosos têm potencialidades e limitações e é a partir do reconhecimento dessas possibilidades e limitações que será viável um processo educativo. O desenvolvimento do tempo interior se converte na estratégia mais importante da educação, na qual o diálogo passa a ser uma força que não começa e nem acaba com a realização de atividades e sim através dela se aprofunda no conhecimento de si próprio e do meio social.

As primeiras referências de programas de

preparação para aposentadoria datam da década de 50, nos Estados Unidos da América e em alguns países do continente europeu, sendo esses movimentos os precursores de toda uma política que, nos dias atuais, se encontra amplamente difundida e consagrada na quase totalidade das sociedades desenvolvidas. No Brasil, há alguns anos, foram desenvolvidos os primeiros projetos e pelo reconhecimento dos bons resultados têm-se multiplicado por todo território nacional. Iniciados apenas com informações sobre o sistema de aposentadoria e pensões, os programas de preparação para aposentadoria se ampliaram com conteúdos que permitem prestar ajuda na passagem da vida ativa para a inatividade profissional, sobretudo nos campos médico-sanitário, psico-emocional e social. Alguns pontos são básicos como orientadores da ação:

- informar sobre as condições de vida futura dos candidatos à aposentadoria;
- dar aos futuros aposentados condições de explorarem suas possibilidades, expectativas e desejos;
- modificar as reações negativas quanto à aposentadoria e inculcar na consciência a necessidade de planejá-la adequadamente;
- ajudar os aposentados a reconhecerem que o processo permanente de educação pode contribuir para o desenvolvimento psico-social de suas vidas, estabelecendo novos desafios que valorizarão a própria existência.

Em virtude de sua natureza educativa, esses programas são organizados sob a forma de seminários, cujos conteúdos se reduzem ou se ampliam na dimensão do tempo disponível, em áreas ligadas preferencialmente aos aspectos bio-psicosociais do envelhecimento, ocupação do tempo livre, planejamento do orçamento pós-aposentadoria, serviços previdenciários e outras questões que fazem parte da própria vida cotidiana. Os seminários realizados sempre para grupos reduzidos de pessoas que se encontram de 5 a 1 ano da aposentadoria, têm caráter informativo e reflexivo, visto

a intenção de possibilitar a cada um dos participantes uma análise criteriosa de sua própria vida, a incorporação de novas atitudes e formulação de projetos existenciais. A continuidade do programa é assegurada por reuniões mensais (ou com outro intervalo de tempo), ou por outros seminários que abordem assuntos específicos escolhidos pelos próprios participantes. Ao longo de todo esse processo é sempre interessante informar aos pré-aposentados e fazê-los conhecer, o máximo possível, os movimentos sociais, políticos, culturais, etc., existentes na comunidade, que possam integrar esses elementos, na perspectiva de uma participação socialmente produtiva. Muito embora pareça clara a utilidade de um trabalho dessa natureza, é comum a ocorrência de resistência tanto por parte da estrutura administrativa da empresa como dos próprios empregados. No primeiro caso a resistência é decorrente de situações como a pouca sensibilidade de alguns dirigentes para essa questão e da idéia de que a liberação dos funcionários poderá alterar o ritmo de produção, condições essas muito presentes sobretudo nas empresas que não têm muita tradição de desenvolver ações ligadas exclusivamente à melhoria e qualidade de vida de seus empregados. Quanto aos empregados, a resistência mais comum se origina dos próprios conflitos que já estão sendo vivenciados com relação ao seu próprio processo de envelhecimento e aproximação do tempo da aposentadoria e da desconfiança dos verdadeiros propósitos da empresa com relação a um programa dessa natureza, confundindo-o com a idéia de um programa expulsório. Assim, torna-se necessário que o programa de preparação para a aposentadoria seja precedido de um amplo trabalho de sensibilização e interpretação correta de suas intenções, única forma de se produzir um universo mais receptivo a essa proposta. A questão da preparação para aposentadoria se coloca como mais um desafio para a empresa moderna, no rol das atenções sociais e humanitárias que devem ter com relação a seus empregados. É uma ação que se incorpora a um esforço global da sociedade de resgatar o respeito aos cidadãos aposentados, dando a eles o seu merecido crédito social e espaço de dignidade.

(1) Palestra proferida no Curso de Gerontologia Social promovido pelo GIGS, no Rio de Janeiro, 1986.

Trabalho, Aposentadoria e Alienação Social

As dificuldades enfrentadas na velhice e na aposentadoria, como resultantes de toda uma existência marcada pela opressão dos mais elementares anseios, é o triste epílogo da vida da maioria dos trabalhadores.

JOSÉ CARLOS FERRIGNO

Psicólogo
Assistente Técnico do
SESC-Carmo/DR-SP

O

direito à aposentadoria é uma importante conquista dos trabalhadores do mundo inteiro. Essa conquista, assim como uma série de outras vitórias trabalhistas, contribuiu para amenizar as condições humanas do trabalho herdadas da revolução industrial. No entanto, em países como o Brasil, marcado por profundas desigualdades sociais, a época da aposentadoria caracteriza-se como bastante difícil de ser vivida, em virtude não apenas de fatores próprios deste momento, mas também como reflexo das péssimas condições de trabalho a que é submetida a maioria dos trabalhadores.

A aviltante remuneração recebida por grande parte dos assalariados obriga-os a jornadas longas e contínuas, porque as horas extras e as férias em dinheiro reforçam o minguado salário. Como decorrência, o esgotamento físico e mental predis põem-nos a doenças e a acidentes de trabalho que por sua vez incapacitam-nos profissionalmente. O Brasil, aliás, além de vários outros lamentáveis recordes, encontra-se entre os países campeões de acidentes de trabalho. Ano após ano, milhares de trabalhadores escapam da morte, ficam paráliticos ou mutilados ao se acidentarem no exercício de suas funções.

Amélia Cohn e outros pesquisadores, avaliando esta triste realidade, revelam estatísticas do próprio INPS que confirmam os fatos. Em 1975 por exemplo, 1.938.277 acidentes foram registrados. De lá para cá, embora os números globais ve-

nham diminuindo, a gravidade dos casos tem aumentado. Assim, tornam-se mais freqüentes acidentes que levam à invalidez ou à morte. Somente na zona urbana do Estado de São Paulo, um em cada seis trabalhadores, em 1980, sofreu acidente de trabalho. Entre os operários da indústria a relação foi de 1 para 4. Do total, 1 em cada 86 empregados teve sua capacidade de trabalho reduzida e 1 em cada 237 acidentados aposentou-se por invalidez ou faleceu. Em 1982 ocorreram 1.756 acidentes de trabalho por dia útil e diariamente 10 pessoas deixaram de trabalhar por invalidez ou morte. A referida pesquisa conclui que, embora hipocritamente as campanhas publicitárias insinuem a responsabilidade dos trabalhadores por essa triste situação, na verdade são as más condições de trabalho oferecidas pelas empresas, com a conivência do Estado, que causam essa autêntica desgraça.

Jungla Daniel, em sua pesquisa com aposentados do Paraná, verifica, a partir também de dados do próprio INPS, que de um total de 49.630 paranaenses aposentados, cerca de 30% está na categoria Tempo de Serviço, aproximadamente 15% aposentaram-se por velhice e em torno de 50% (!), ou seja 24.228 pessoas aposentaram-se por invalidez. O INPS, segundo a autora, não possui (ou não possuía na época da pesquisa) uma estatística semelhante, em nível nacional. Contudo, não vemos razão para que esse quadro seja muito diferente em outros estados brasileiros. Podemos, assim, constatar que as más condições de trabalho contribuem fortemente para a configuração desse quadro sombrio, no que diz respeito à situação deplorável de saúde de nossa gente.

Cumpramos notar ainda que dessas pessoas aposentadas por invalidez, segundo Jungla, a grande maioria desengajou-se da produção por motivo de doença. Este dado é mais um indicador das precárias condições de saúde da população. Na mesma pesquisa, a saúde dos aposentados entrevistados estava nitidamente prejudicada. Pessoas magras, pálidas, doentes e envelhecidas. Jungla destaca a má alimentação como um dos fatores responsáveis, lembrando que não apenas agora, mas durante todas as suas vidas, esses homens alimentaram-se muito mal. A pesquisadora aponta outro importante motivo para a depauperação física: a longa exposição, em situação de trabalho, às intempéries climáticas, no caso dos trabalhadores da construção civil e da lavoura. E à poluição das fábricas, acrescentaríamos nós, em relação a outros trabalhadores. Jungla verifica que muitos operá-

rios preferiram se aposentar após 30 anos de serviço, porque não agüentaram chegar aos 35.

Nunca é demais lembrar que os trabalhadores, de modo geral, logo que se aposentam, passam a receber de 50% a 60% do que recebiam quando ainda na ativa e que os reajustes periódicos desta remuneração são inferiores aos daqueles que continuam ativos. Se o salário do aposentado se reduz à metade ou mais, evidentemente seus problemas financeiros duplicam-se. Por isso, é comum que voltem a trabalhar. Aliás, a lei faculta ao aposentado por velhice ou por tempo de serviço o direito de retorno ao trabalho, mas não ao aposentado por invalidez. Este, de acordo com o que apurou Jungla em sua pesquisa, vive permanentemente com medo de ser descoberto pelo INPS e, conseqüentemente, perder o benefício previdenciário.

O aposentado por invalidez é o mais explorado. Não podendo ser registrado em carteira, submete-se a "bicos" ou a subempregos, sem a mínima proteção à sua saúde e à sua dignidade. Conforme constata Jungla, são justamente as famílias dos operários aposentados por invalidez as mais pobres e desorganizadas, reflexo da angustiante situação econômica em que vivem. Ainda que, segundo a pesquisadora, muitas dessas famílias sejam caracterizadas pelo afeto e solidariedade entre seus membros e, apesar das pressões econômicas, se mantenham razoavelmente organizadas, muitas outras sucumbem a situações de prostituição, alcoolismo, delinqüência e desemprego, entre outras.

Consideramos, até aqui, as chamadas condições de trabalho em seus aspectos talvez mais evidentes: segurança contra acidentes e doenças, além da questão da remuneração. O trabalho bem pago e exercido em condições de proteção à saúde, certamente propiciaria um significativo avanço rumo a uma situação de bem-estar do trabalhador e de sua família, que poderia se estender por toda a fase da aposentadoria. No entanto, seriam tais requisitos suficientes para que os trabalhadores, de um modo geral, se sentissem satisfeitos e realizados profissionalmente, de maneira que, na velhice, já aposentados, pudessem fazer um balanço positivo de suas vidas, no que diz respeito ao trabalho? Acreditamos que não. Somente um trabalho identificado com as necessidades e desejos do ser humano, isto é, somente um trabalho cujo produto seja a exteriorização de sua essência criadora poderá ter algum sentido maior para o tra-

balhador. Recorrerei à concepção marxista de alienação do trabalho para melhor explicar esse ponto de vista.

A QUESTÃO DA ALIENAÇÃO DO TRABALHO

Segundo Marx, o homem se distingue das outras espécies, através do trabalho. Os animais desenvolvem atividades vitais, tão somente em função de necessidades físicas imediatas para si ou para sua prole. Mas, conforme as palavras do próprio Marx, "o homem tem os objetos não apenas como meio ambiente de atividade vital e os trabalhos não somente como objetos de suas necessidades imediatas. Ele pode defrontar-se com qualquer objeto e esgotar as possibilidades internas desse objeto, tornando-as efetivas em seu trabalho; ele pode produzir segundo as leis da beleza e não apenas de acordo com a medida de suas necessidades". Nesse sentido, o homem modifica a natureza e se modifica como homem, pois o homem não está na natureza, ele é natureza humana. O homem é um ser objetivo, isto é, carece se objetivar na natureza, ou seja, em objetos reais e sensíveis. Assim fazendo, exterioriza sua vida e sua essência humana. No entanto, para que se realize e se afirme como homem, tem também de se apropriar dessa objetivação. Apropriando-se do objeto onde se reflete, se apropria de si mesmo. Essa objetivação não é, porém, um ato isolado, mas sim uma atividade social. O campo dos objetos do trabalho é um campo de atividade vital conjunta, onde o homem reconhece o trabalho de outros homens e se reconhece. A objetivação, portanto, é social porque o homem é um ser social.

A rigor, o trabalho humano nunca é um ato individual, pois de alguma forma, estamos nos relacionando com outros homens ou com o produto de seus trabalhos. Para realizar-se, o homem deve verdadeiramente apropriar-se não só de sua atividade produtiva e do produto direto de seu trabalho, mas também de tudo aquilo que a humanidade produziu e realizou. Todavia, a atual existência nega a sua essência. O trabalhador não é livre, o trabalhador é alienado de seu trabalho. Sua única liberdade, como diz Marx, é a de escolher por qual patrão ser explorado, vendendo sua força de trabalho. Não se apropriando do seu processo de produção e tão pouco do produto deste, não se objetiva verdadeiramente, mas sim se objetiva, ou seja, se torna coisa, objeto e instrumento de outrem. Produz mercadorias que lhe são estranhas e hostis, que se tornam poderosas, escravizando-o. Torna-se também uma mercadoria. Faz do traba-

lho meramente um meio de subsistência, portanto, um sacrifício.

Opostamente, podemos pensar nas características próprias de um trabalho desalienado, isto é, criativo, realizador. Nesse caso, o trabalhador cria e ajusta, sempre que necessário, as normas que disciplinam o processo de produção, além de conhecer as etapas que o constituem. Isto é, apreende e domina as diversas fases de planejamento e execução de suas atividades. O trabalhador alienado submete-se rigidamente às regras da fábrica, obedecendo apenas ao ritmo desta e executando apenas uma pequena operação da linha de montagem. O trabalho desalienado, por seu turno, favorece a criatividade nas relações interpessoais dentro do contexto profissional. Como vimos, o trabalho é essencialmente uma atividade social, porém a qualidade dos relacionamentos desenvolvidos deve-se muito ao caráter assumido pela produção criativa ou alienada.

No capitalismo, todos os produtos do trabalho humano são equiparados através do dinheiro. Tornam-se mercadorias. A própria força de trabalho é uma mercadoria, e muito importante para a manutenção das atuais relações de produção, porque é uma mercadoria que gera mais valor do que custa e é capaz de reproduzir-se. Apenas o trabalho humano, como afirma Vanderlei Codo, pode ser explorado e transformado em lucro. Assim, o trabalho, modo de sobrevivência, mas também de desenvolvimento histórico, transfigurou-se em modo de exploração de um homem por outro.

Essas reflexões sobre a questão da alienação do trabalho nos induzem ao reconhecimento de que a satisfação com o exercício profissional não depende apenas de bons salários e de outras vantagens materiais. Constatamos tristemente que a grande maioria dos trabalhadores, além de toda sorte de dificuldades ocasionadas pela insuficiente remuneração que recebem, executam tarefas que, pelo modo como são produzidas, causam-lhes estranheza, frustração, tédio e revolta.

Tendo como pano de fundo o universo alienado das relações produtivas, voltamos ao questionamento das condições de vida dos aposentados. Podemos então verificar que essa fase da vida caracteriza-se pelo acúmulo de experiências que negaram todo o potencial criador da natureza humana e daí decorre, em boa parte, a angústia de se perceber envelhecendo, ou seja, com as chances de realização diminuindo em virtude da passa-

gem implacável do tempo. Por isso, possivelmente a velhice daqueles que, de alguma forma, resistiram ao processo de desumanização no trabalho seja diferente da senescência dos demais. Infelizmente, carecemos de pesquisas nesta direção.

De modo geral, os aposentados se encontram na Terceira Idade que tem seu início por volta dos 60 anos. Muitos, no entanto, aposentam-se já na faixa dos 40 ou 50 anos, durante a chamada meia-idade. Mas também estes últimos tendem a desenvolver um estilo de vida caracterizado pelo isolamento social, por razões que veremos adiante. Assim, verificamos que aqueles que se aposentam, enfrentam os dramas do envelhecimento social, cuja noção está embutida nas considerações que faremos em seguida. Analisando o processo de envelhecimento e a própria situação social dos velhos, estaremos também nos referindo ao aposentado.

A POSIÇÃO SOCIAL DOS MAIS VELHOS

Simone de Beauvoir, em seu ensaio sobre a velhice, realiza um levantamento etnológico e histórico sobre as condições de vida dos idosos. A autora conclui que embora a velhice tenha sido sempre evitada, a situação dos idosos em alguns momentos da história e em determinadas culturas foi mais favorável. Todavia, prevalece em nossos dias uma visão profundamente negativa em relação à velhice. Desprovidos de funções sociais, como consequência nefasta da aposentadoria, os velhos são considerados inúteis porque improdutivos e, portanto, um peso para a sociedade.

A industrialização, principalmente a partir do século XIX, provocou profundas modificações na estrutura familiar. A família deixa de ser extensa e de abrigar várias gerações, para se tornar nuclear, isto é, composta pelo casal e seus poucos filhos. Essa tendência tem-se acentuado principalmente nas grandes cidades. É bem verdade que a família extensa e patriarcal não foi tão difundida, como muitos pensam, na vigência das sociedades pré-capitalistas, já que geralmente eram grupamentos pertencentes a uma elite econômica; de qualquer modo, porém, era bem mais numerosa que hoje e atendia a um modo de produção familiar, agrário e artesanal.

A chamada família nuclear, por sua vez, deriva-se da exigüidade de espaço urbano e de uma economia que exige mobilidade do trabalhador de uma para outra fábrica localizada, às vezes, em

regiões distantes entre si. Esse novo tipo de família reduziu a participação dos demais velhos, que geralmente vivem sós ou ficam confinados em asilos. Mesmo quando os idosos convivem com seus familiares, ainda que colaborem com as tarefas domésticas e com o cuidado dos netos, observa-se uma gradual diminuição de sua autoridade e de sua autonomia. O relacionamento com os filhos já adultos e com seus genros e noras é geralmente difícil, pois são estes que tendem cada vez mais a concentrar em suas mãos os poderes da família.

As vertiginosas transformações de hábitos e costumes de nossa sociedade criam imensas dificuldades de adaptação de nossos valores. Ecléa Bosi, em seu magnífico trabalho sobre velhice e a quem recorreremos diversas vezes neste texto, interpreta essa realidade com muito brilhantismo: "A sociedade industrial é maléfica para a velhice. As mudanças aceleradas em uma sociedade de classes criam rupturas nas relações entre os homens e entre estes e a natureza. A árvore que o velho plantou é arrancada. A família se dispersa. A pequena empresa é inviabilizada pelos grandes monopólios".

Aos obstáculos sociais somam-se aqueles decorrentes do envelhecimento físico, no dizer de Ecléa: "Há na vida momentos de crise de identidade: na adolescência, por exemplo, mas o adolescente vive uma transição e não um declínio. O velho sente-se um indivíduo diminuído que luta para continuar sendo homem. O coeficiente de adversidade das coisas cresce: escadas mais difíceis de subir, distâncias mais longas, ruas mais perigosas, pacotes mais pesados. A comunicação exige artefatos: próteses, lentes, aparelhos acústicos". O próprio adjetivo "velho" desperta em nós a sensação de algo ultrapassado, fora de época, obsoleto, inútil. As pessoas idosas são também vistas assim e são principalmente os sinais de seus corpos que determinam tais representações. Inexoravelmente, o passar dos anos vai impondo modificações no aspecto físico dos que envelhecem. A pele enrugada, os cabelos brancos, os movimentos lentos e hesitantes, a diminuição da força física e da resistência a doenças conferem ao velho uma aparência típica. Tais transformações constituem-se no pano de fundo de inferências sobre uma incapacidade física e mental generalizadas para toda e qualquer atividade. Como consequência desse estigma, o isolamento social é uma característica evidente do idoso.

Como Simone de Beauvoir, Ecléa Bosi de-

nuncia a hipocrisia como traço marcante do tratamento dispensado aos velhos: "A moral oficial prega respeito ao velho. Mas na prática, o velho não é tratado de igual para igual. Não há possibilidade de com ele desenvolver a alteridade, a contradição, o afrontamento e até o conflito. Evita-se o questionamento, o aprofundamento das questões". Tal quadro traduz o paternalismo e a tutela de nossas relações sociais com as pessoas idosas. Inúmeras vezes, em nome de um suposto respeito, retiramos do velho, a oportunidade e o direito da participação. No universo do trabalho, a desvalorização da pessoa idosa é particularmente intensa.

Ecléa nos diz: "Nos aprendizes a gratidão acompanha o sentimento de superioridade em relação ao velho; esgotada a fonte de conhecimento, voltam-lhe as costas". Ou seja, é de tal magnitude o preconceito relativo à incapacidade dos idosos que somos cegos a várias evidências. Mas, em relação à citação acima, observamos como progressivamente as modernas relações de trabalho prescindem da figura do mestre de ofício, geralmente alguém mais velho. Sobre essa mudança, Ecléa aponta que "o artesão acumulava experiência e os anos aproximavam-no da perfeição em seu desempenho; era um mestre de ofício. Hoje, o trabalho operário é uma repetição de gestos que só permite um aperfeiçoamento, o da rapidez". Se o trabalho repetitivo e fragmentado, onde o operário executa tão somente uma etapa de um longo processo, é enfadonho para o jovem, para o velho é inviável, em virtude da exigência da rapidez. O declínio biológico, de modo implacável, limita o idoso para a execução de tarefas que exigem força, rapidez e destreza.

O APOSENTADO E A CONSCIÊNCIA DE SEUS DIREITOS

Segundo Jungla Daniel, "A Previdência Social é uma conquista da classe operária, fruto de suas reivindicações junto à classe dominante. Mas as leis que a regem foram redigidas por representantes desta classe dominante. Elas não procuram sanar ou atenuar diferenças econômicas da população segurada, pelos seus benefícios e serviços. Pelo contrário, reafirmam estas diferenças. Tratam todos como iguais, mas cada um dentro de sua categoria econômica. Como rebaixam o nível do salário de quem contribui sob dez valores de referência, rebaixam também o salário dos aposentados, fugindo, neste caso, dos fins a que se propõe a Previdência Social no artigo 1º da lei que reza: "assegurar a todos os beneficiários os meios in-

dispensáveis de manutenção, por motivo de idade avançada, incapacidade, tempo de serviço". Com um profundo fosso existente entre o discurso e a prática, a política social do governo brasileiro sempre se caracterizou pelo paternalismo, cujo modelo mais nítido nos foi dado pela política de Getúlio Vargas. Inegavelmente, as leis trabalhistas, por mais imperfeitas que ainda sejam e apesar de nem sempre serem cumpridas em sua plenitude, representam um avanço em direção a condições mais humanas de trabalho para toda a classe trabalhadora. Porém, o paternalismo do estado brasileiro se traduz pela artimanha em dar às conquistas dos trabalhadores o caráter de concessões e benevolências. A análise, porém, da história das lutas populares desmascara essa pretensa magnanimidade da classe dominante e mostra que as melhorias das condições de trabalho foram o resultado da organização e da mobilização dos trabalhadores. Todavia, para que essa política paternalista que marca a relação entre estado e classe trabalhadora tenha êxito, como efetivamente tem, é preciso que haja uma interiorização por parte do homem do povo de toda uma ideologia criada pela elite sócio-econômica brasileira.

Jungla Daniel escreve: "Os operários aposentados nem sempre têm consciência clara a respeito de sua condição de vida. Isto porque não entendem o funcionamento das leis, estão envolvidos por idéias que não fazem parte de seu modo de viver, sensibilizam-se com a situação que têm hoje, quando comparada com aquela que conheceram antes de existir a Previdência. Além do mais, a imagem da Previdência se apresenta aos operários aposentados como se fosse uma assistência social que lhe é oferecida como prêmio ou favor. Em decorrência desses fatores, os operários aposentados ficam confusos diante de sua situação, constituindo um segmento da classe operária, de fácil manipulação social". Mais adiante, acrescenta a autora: "os operários aposentados não vêem a aposentadoria como um direito, mas como uma concessão feita a eles pelo governo. Embora saibam que contribuíram com 8% de seu salário, acham que não foi o suficiente". E ainda: "como não participaram, nem tiveram consciência de movimentos políticos, entendem que as leis trabalhistas foram concessões do Governo. Contraditórios, por um lado agradecidos aos favores do estado, por outro descontentes com a aposentadoria que recebem".

Sobre a incorporação, por parte dos velhos e aposentados, dos valores do sistema, também

Ecléa se manifesta: "Muitas vezes, o idoso absorve a ideologia voraz do lucro e da eficácia e repete: "é assim mesmo que deve acontecer, a gente perde a serventia, dá lugar aos moços... prá que serve um velho? Só para dar trabalho... O velho rico se defende pela acumulação de bens. Sua propriedade o defende da desvalorização de sua pessoa. O velho não participa da produção, não faz nada: deve ser tutelado como um menor. Quando as pessoas absorvem tais idéias da classe dominante, agem como loucas porque delinham assim o seu próprio futuro". Chega a ser impressionante e até surpreendente como certas idéias e valores por mais equivocados, irracionais e sem nenhum dado de realidade, conseguem se propagar, assumindo foros de verdade. Desde nossos primeiros anos de vida somos condicionados a certos pontos de vista, de modo a encará-los como normais ou naturais, ao invés de produtos derivados de uma determinada ordem sócio-econômica. As diversas instituições do sistema social como família, a escola, a empresa, o governo, os meios de comunicação de massa se encarregam de veicular e defender uma ideologia que é conveniente aos interesses da classe dominante, e que oculta e mascara as relações de dominação e de exploração características de uma sociedade como esta. Nesse sentido, complementa Ecléa: "A noção que temos de velhice decorre mais da luta de classes que do conflito de gerações. É preciso mudar a vida, recriar tudo, refazer as relações doentes para que os velhos trabalhadores não sejam uma espécie estrangeira. Para que nenhuma forma de humanidade seja excluída da Humanidade é que as minorias têm lutado, que os grupos discriminados têm agido. A mulher, o negro combatem pelos seus direitos, mas o velho não tem armas. Nós é que temos de lutar por eles".

Nós é que temos de lutar por eles? A esta altura de nossa reflexão, seria oportuno pensar que força tem o segmento social aqui considerado – idosos e aposentados – para encaminhar com alguma chance de êxito suas reivindicações específicas. Ecléa Bosi e Simone de Beauvoir são claras. Consideram-nos incapazes de sozinhos lutar por uma mudança da posição social que ocupam. Obviamente, o fato de estarem desvinculados da produção inviabiliza o recurso da greve e de outros procedimentos similares. No entanto, tal característica impede outras formas de luta?

Bem sabemos que da possibilidade de conquistas sociais depende o grau de organização e de mobilização dos setores oprimidos. Na realidade,

porém, os idosos e aposentados se encontram bastante dispersos e seu traço característico é o isolamento. Numa cidade, por exemplo, como São Paulo, com aproximadamente 10 milhões de indivíduos, temos cerca de 700 mil pessoas de 60 anos ou mais. Destes, não mais que 30 mil agrupam-se em instituições fechadas como asilos (15 mil), que são locais de baixíssimo associativismo, e em entidades culturais e de lazer como SESC, MOPI e LBA, cuja soma podemos estimar em, no máximo, 15 mil pessoas. Acrescentariamos ainda algumas centenas de aposentados que freqüentam associações ligadas ao sindicato de sua categoria profissional. Desse modo, verificamos que mais de 90% desta população não é organizada.

Dentre as entidades que nucleiam idosos e aposentados, o SESC de São Paulo se coloca entre as mais progressistas. Assim é que, graças a uma política não-paternalista, mas de incentivo à autonomia dos grupos, têm-se concretizado inúmeras experiências significativas para seus participantes. Por intermédio de atividades físicas como ginástica, natação, esportes; atividades culturais e artísticas como cinema, teatro e música, os idosos associados ao SESC têm aproveitado esse espaço para o desenvolvimento do potencial criativo e inovador de suas personalidades. Nos diversos congressos e encontros organizados no SESC, expressaram o desejo de mudanças não só em relação à sua problemática específica, mas também em relação à própria organização da sociedade. É possível localizar algumas lideranças dos grupos de aposentados que percebem com certa clareza os mecanismos que engendram o "modus vivendi" da terceira idade e as formas de superação dos mesmos. Todavia, nos diferentes grupos de convivência surgem também lideranças autocráticas que sufocam a democracia das relações internas e externas do grupo.

Constata-se também que, infelizmente, parte significativa dos idosos e aposentados organizados em instituições conserva uma atitude alienada ante suas possibilidades históricas, ao buscar somente saídas individuais para satisfação de suas necessidades. Por outro lado, ainda que progressista, o trabalho com idosos no SESC apresenta limitações, em virtude da própria natureza da instituição que, obviamente, não pode assumir outros desdobramentos que esta luta emancipatória venha desencadear. Nessa perspectiva, um movimento mais amplo de idosos e aposentados deverá ter uma direção própria, isto é, uma liderança independente. Recentemente foi criado o Fórum Na-

cional da Terceira Idade, dentro do qual lideranças autênticas têm trabalhado, apesar de inevitáveis tentativas de manipulação por parte de alguns políticos pretensamente interessados na causa dos aposentados. Além do Fórum, tendo em vista certa esperança despertada pela Assembléia Nacional Constituinte, associações de aposentados procuraram pressionar os congressistas a redigirem leis mais favoráveis à política previdenciária, como por exemplo, equiparação salarial entre ativos e inativos. Se a aprovação de leis que concorrem para uma vida mais digna dos aposentados sofre toda uma sorte de obstáculos, sua efetiva implementação sofrerá muito mais. Quem viver, verá.

O objetivo central deste trabalho foi o de refletir sobre as dificuldades enfrentadas na velhice e na aposentadoria, como resultantes de toda uma vida marcada pela opressão dos mais elementares anseios por uma existência digna. Para Simone de Beauvoir, "se o trabalhador se desespera com a falta de sentido da vida presente, é porque ao longo de sua existência o sentido de sua vida lhe foi roubado. Esgotada sua força de trabalho, sente-se um pária e é comum escutá-lo agradecendo a aposentadoria como um favor ou esmola... A degradação senil começa prematuramente com a degradação da pessoa que trabalha, seja operário, médico, esportista, etc..." E Simone pergunta: "como recuperar a destruição sistemática que os homens sofrem desde o nascimento, na sociedade da competição e do lucro? Cuidados geriátricos

não devolvem a saúde física ou mental. Como deveria ser uma sociedade para que, na velhice, o homem permaneça um homem? Seria preciso que sempre tivesse sido tratado como homem".

REFERÊNCIAS

- COHN, Amélia e colaboradores - Acidente do Trabalho: Uma forma de violência, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1985.
- DANIEL, Jungla - A condição da vida do operário aposentado - Dissertação de Mestrado em Antropologia, USP, São Paulo, 1979.
- MARX, Karl - "Manuscritos Econômicos e Filosóficos" in FROMM, Eric - "Conceitos Marxistas de Homem", Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1975.
- CODO, Wanderley - "O que é Alienação" - Coleção Primeiros Passos, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1985.
- BOSI, Ecléa - Memória e Sociedade - Lembranças de Velhos, T.A. Queiroz Editor, São Paulo, 1979.
- BEAUVOIR, Simone de - "Velhice" - Difel, São Paulo, 1976.



Envelhecimento Social

As possibilidades de envelhecimento social são maiores para os que, por qualquer motivo, se sentem forçados a viver num ambiente social e/ou humano indesejado; inversamente, são menores para as pessoas integradas em seu próprio meio.

EDITH MOTTA
Assistente Social

I - CONCEITUAÇÃO E NATUREZA

O

envelhecimento social é um processo freqüentemente lento que leva à progressiva perda de contatos sociais gratificantes. É um processo que se inicia em algum momento da vida de um dado ser humano, acentua-se em diferentes ocasiões e, através de avanços e recuos nem sempre muito precisos, pode levar à chamada "morte social".

O envelhecimento social é o resultado de uma série de ocorrências por vezes alheias à vontade dos que nelas estão envolvidos, acarretando freqüentes e desfavoráveis mudanças. É difícil e provavelmente impossível identificar na história da vida de um ser humano a eclosão de tal processo. Ele se instala insidiosamente, de maneira invisível, certamente em momentos de luto e tristeza, mas também em ocasiões de alegria como são as festas de transição que, não raras vezes, resultam no afastamento dos próprios homenageados: formaturas, casamentos, aprovação em concursos, admissão em empregos e escolas, etc.

O envelhecimento social é o caminho percorrido em direção à morte social e esta é o total isolamento, a completa ausência de relacionamentos interpessoais; é a impossibilidade ou a perda da capacidade de estabelecer relações significativas com outros seres humanos.

II – INDICADORES*

A presente exposição não esgota a lista dos possíveis indicadores do envelhecimento social. Muitos outros não identificados talvez existam. Foi sobretudo no trato direto com pessoas socialmente envelhecidas – embora nenhuma delas tenha usado esta expressão – que identifiquei os sinais ou os indicadores daquilo que, a meu ver, constituem o envelhecimento social.

O exame do comportamento e a reflexão sobre o conteúdo das observações de tais pessoas me ajudaram a compreender os mecanismos através dos quais alguém caminha para a morte social, me ajudaram a identificar os indicadores do envelhecimento social.

Mas a relação desses fatores não significa que eles se apresentem isoladamente. Em outras palavras, os sinais do envelhecimento social não podem ser retirados de um contexto mais amplo no qual todos eles se inserem. A identificação proposta significa, apenas, o arrolamento de alguns aspectos que, somados e integrados a outros, resultam na instalação e no desenvolvimento do processo em estudo.

Com essas ressalvas, algumas observações podem ser feitas sobre cada um dos fatores do envelhecimento social, a saber:

1 – Progressiva diminuição dos contatos sociais

Um primeiro indicador parece ser a visível e por vezes mensurável diminuição dos contatos sociais. Diminuem os familiares, os contemporâneos, as visitas, as chamadas telefônicas, as cartas, etc. Muitos são os que durante longos anos se preocuparam em preparar a casa para eventuais visitas e freqüentemente se viram obrigados a receber estranhos em ambientes que desejariam mais agradáveis. A partir de um momento nem sempre identificável no calendário, a casa começa a ficar arrumada e os responsáveis pelas antigas desordens estão ausentes: trabalhando, namorando, noivando, viajando, morando longe... O telefone, antes em comunicação, passa a chamar com freqüência cada vez menor. Também os convites para diferentes acontecimentos sociais começam a rarear.

Uma senhora de 64 anos me dizia que, no espaço de cinco meses, perdera três primos, duas colegas de serviço e dois amigos de infância. Em cinco meses perdera nove pessoas de sua geração,

(*) As observações contidas neste item, embora não cientificamente comprovadas, foram colhidas sobretudo junto a pessoas da classe média urbana. É provável que outros grupos sociais tenham experiências de vida significativamente diversas.

ou seja, 1,8 por mês. Como esta senhora se aproxima da média de vida da mulher brasileira, é provável que essas perdas se acelerem nos próximos meses e, na hipótese de ela vir a integrar o grupo dos "mais vividos", dita média comece depois a cair. Este é o destino dos longevos: eles vêm desaparecer seus contemporâneos e não é minha a expressão: "parece que eu não acabo de viver...". Isto acontece, de um lado, porque, em termos absolutos, o grupo dos mais velhos perde significado numérico. O que se aprende em relação ao número de habitantes de uma dada comunidade ou nação também pode ser observado em famílias de quatro ou cinco gerações. Mesmo as modernas famílias de reduzida prole – dois filhos por casal, por exemplo – ilustram a situação.

Nelas se pode ver: um casal de avós ou uma avó viúva, dois casais de tios, quatro de netos e um certo número de bisnetos. É uma progressão que não continua com os mesmos personagens, porque os mais velhos começam a morrer, mas os mais novos crescem, têm filhos, envelhecem e a forma gráfica do grupo familiar permanece a mesma.

O assunto se presta a um sem número de reflexões, mas no momento importa salientar o fato de os integrantes das gerações mais velhas serem menos numerosos que os das gerações seguintes. Em outras palavras, o crescimento do número de jovens é acompanhado pela redução do número de idosos e o resultado social deste fenômeno é que, com o passar do tempo, diminuem as possibilidades de interação entre contemporâneos. E a redução dos contatos entre iguais é responsável por sentimentos freqüentemente negativos entre os que se vêem forçados a viver em ambientes cada dia mais restritos.

Foram estes os sentimentos que inspiraram Tristão de Atayde a escrever: "mais um companheiro que desce, antes do tempo e antes de mim, deste meu barco de navegador crescentemente solitário".*

Com esta frase simples e verdadeira Alceu Amoroso Lima iniciava sua homenagem a Nelson Rodrigues e nela resumia três grandes idéias: a inevitabilidade da morte, o curso inexorável de nossa humana existência e a solidão dos que devem continuar uma viagem, na qual o número de companheiros é progressivamente menor.

(*) *Jornal do Brasil* – 6 jan 81

2 – Distanciamento social

Por outro lado, as gerações mais novas começam a se envolver em programas e atividades que antes eram privilégio dos mais velhos e, por vezes, o fazem com maior perfeição e eficácia. Mais ainda, os jovens se engajam em atividades que inexistiam no tempo de seus antepassados. Todos esses fatores propiciam, talvez inconscientemente, o afastamento das gerações.

São freqüentes as situações de filhos em posições de maior destaque que as dos próprios pais, percebendo salários mais compensadores, etc. Essas circunstâncias favorecem a chamada "falta de assunto" e resultam na diminuição do número de visitas e de telefonemas, o que reforça a "falta de assunto". Aos poucos, os contatos pessoais se transformam em ritual a ser cumprido em determinadas ocasiões: festas de fim de ano, comemorações, doenças, aniversários, mortes, etc.

A mobilidade social, desejável em suas formas ascendentes, pode favorecer, e muitas vezes o faz, o envelhecimento social. Imagine-se uma família de classe média baixa na qual um de seus membros, por inúmeras razões, logra alcançar posição superior àquelas mais ou menos comuns ao grupo no qual nasceu. Ou a situação inversa, alguém que por diferentes motivos se vê em posição inferior à de seus familiares. Esses fatos quase necessariamente interferem nos relacionamentos interpessoais, pois os interesses que antes uniam aquele grupo tornam-se cada dia mais díspares. E não apenas os interesses, mas os hábitos e o estilo de vida, as novas relações, o modo de pensar e agir, tudo se modifica. Em tais circunstâncias, o envelhecimento social pode ocorrer, embora não necessariamente, em três diferentes níveis: entre os que ascenderam na escala social, entre os que baixaram e, até mesmo, entre os que se mantiveram na posição inicial.

Quem pode garantir que pessoas que se afastam dos próprios grupos consigam integrar-se e adaptar-se a outros? Da mesma forma, com o afastamento de alguns, os que permanecem na posição inicial poderão preservar a própria integração ao meio ou serão por ele rejeitados? Não existem respostas exatas a tais indagações, mas persiste o fato de que elas interferem de modo significativo nos aspectos sociais da vida dos que se encontram em situações semelhantes.

O assunto, por sua complexidade e importân-

cia, será novamente abordado em outra parte desta exposição.

3 – Progressiva perda do poder de decisão

Um terceiro indicador do envelhecimento social parece ser a progressiva perda do poder de decisão. Quando adultos, homens e mulheres aprenderam a analisar possíveis alternativas para as situações com as quais se defrontavam e aprenderam, sobretudo, a decidir sobre o que lhes parecia mais acertado; desejavelmente, tornaram-se capazes de enfrentar os resultados positivos e/ou negativos das escolhas feitas. Com o passar do tempo, os mais jovens, progressivamente, começam a "resolver" a vida dos mais velhos, muito embora as consequências das medidas tomadas recaiam sobre os ombros dos que não as escolheram e, possivelmente, não as elegeriam. São comuns os casos de pessoas idosas forçadas, por exemplo, a mudar de residência ou a viver em asilos e casas geriátricas, porque seus filhos e netos assim o decidiram; ou a conviver com pessoas que não escolheriam, caso tivessem maior autonomia. E tais decisões são tomadas a pretexto de proteger o idoso, proporcionar-lhe mais conforto, etc.

A mãe de uma amiga confidenciou-me que durante cerca de seis meses fora obrigada a suportar a presença de uma senhora, contratada por uma de suas filhas para fazer-lhe companhia. Com expressão de alívio e uma certa dose de malícia ela concluiu o seu relato: "agora estou liberta do meu anjo da guarda..."

Uma reflexão sobre as causas de tais comportamentos, infelizmente comuns, parece necessária e oportuna.

Quais os motivos para esta inversão e por que isto ocorre com tanta freqüência?

Uma das principais causas é, sem dúvida, a perda do poder econômico do idoso. É comum a situação de profissionais detentores de altos salários e correspondentes padrões de vida que, ao se aposentarem, vêem seus rendimentos drasticamente reduzidos. Durante os anos de exercício profissional, eles integravam o grupo dos "parentes ricos"; ao se aposentarem foram, automaticamente, transferidos para o lado oposto.

Esta é uma situação de dependência e favorecedora do abuso por parte dos que, a contra

gosto, e sem serem consultados, se vêem guindados aos postos de "mantenedores" da pessoa idosa.

Paralelamente à perda do poder econômico, ocorre a perda de autoridade. Para alguns, e o grupo não é pequeno, a autoridade é fruto do poder econômico. Quando este se esvai, desaparece com ele a influência antes exercida sobre terceiros.

Uma última causa está diretamente ligada à fragilidade da própria pessoa idosa. À decadência, física somam-se outras ligadas, sobretudo, aos processos de locomoção. E a fragilidade física é freqüentemente acompanhada pela emocional. O velho passa a depender dos jovens como ponto de apoio para o exercício de tarefas aparentemente simples. O próprio velho, muitas vezes com um certo sentimento de humilhação, começa a procurar nos mais novos a segurança que antes lhes oferecia, passa a consultá-los na tomada de decisões, na escolha de alternativas, etc.

Muitas vezes ocorre uma verdadeira inversão de papéis: as partes anteriormente frágeis começam a assumir as posições antes ocupadas pelos mais velhos e terminam por desempenhar funções às quais inicialmente não tinham acesso. Conheci pessoalmente uma senhora quase centenária que chamava a própria filha de "mamãe", e dos netos recebia mimos sob a forma de bonecas de brinquedos compatíveis com o seu estado emocional.

A situação é muito complexa e freqüentemente tem como protagonista a mãe viúva e os filhos adultos, sobretudo os que não se casaram ou já enviuvaram. A mãe viúva, muitas vezes pobre, fragilizada pela própria velhice, depende necessariamente de alguém. E esse "alguém", qualquer que seja ele, não raras vezes acelera o processo de dependência, com a adoção de medidas que, em sentido muito literal, infantilizam pessoas que há muito deixaram de ser crianças.

4 – Progressivo esvaziamento dos papéis sociais

Intimamente ligado à perda do poder de decisão e, quase que simultaneamente, como causa e consequência está o progressivo esvaziamento dos papéis sociais.

A infância e a juventude são períodos de aprendizagem de diferentes papéis e de conquista dos correspondentes status positivos e/ou negati-

vos. Quando os papéis começam a diminuir ou a perder importância, o status alcançado é diretamente atingido. Os bem sucedidos no desempenho de determinadas tarefas progressivamente começam a ser valorizados pelo que foram. Os jovens dizem: "meu avô foi...". Os adultos também se utilizam dos verbos no passado ao relatarem as proezas de seus pais. Finalmente, os próprios idosos começam a lembrar: "eu era...", "Eu costumava dizer...", "eu fazia...", etc. E estes dizeres traduzem a tristeza de não mais ser alguém, não mais realizar alguma atividade, não mais poder contar com a companhia de antigos camaradas ou parceiros. São as saudades de um tempo irremediavelmente perdido, definitivamente encerrado. E o viver no passado para algumas pessoas se constitui em recurso capaz de, até certo ponto, amenizar a realidade do presente.

5 – Gradativa perda de autonomia e independência

O envelhecimento social, sob muitos aspectos, é uma decorrência do próprio envelhecimento físico que resulta na perda de autonomia e independência. Providências antes tomadas na ausência de terceiros, com naturalidade e segurança, tornam-se impossíveis e este fato pode ser observado na mais complexa e nas mais simples experiências, como abotoar uma roupa ou levar ao colo uma criança.

E a dependência dos idosos anima os que ainda não envelheceram a ditar-lhes ordens e fazer-lhes exigências absolutamente descabidas, como deixar de trabalhar, de sair sozinho ou até mesmo de sair, de praticar determinadas atividades, acompanhar certos modismos, etc. Os exemplos são inúmeros e, por isso, desnecessários.

6 – Alterações nos processos de comunicação

Uma das possíveis conseqüências da perda de autonomia bastante comum é a preocupação dos mais jovens em esconder dos mais velhos aqueles acontecimentos entendidos como capazes de gerar preocupações, aborrecimentos, emoções desnecessárias, etc. Tais práticas, adotadas com o intuito de preservar o idoso, ao contrário, aceleram o envelhecimento social e dão lugar às mais variadas formas de ressentimentos entre os que se tornam objeto de tais "atenções".

Não se pode fazer tábua rasa do fato de as atitudes das pessoas idosas muitas vezes favorecerem este comportamento. Uma senhora segredou-me um dia: "minha filha mais velha veio me contar uma história muito complicada que eu nem entendi direito e nem sei repetir. Em resumo, ela pretende separar-se do marido. Meu Deus, o que é que eu vou dizer a esta menina? Me ajuda, por favor. Quando eu era moça podia fazer alguma coisa pelos outros. Mas agora estou velha, estou viúva, cheia de problemas...".

E durante mais de meia hora esta pobre senhora desfilou um rosário de amarguras e dificuldades às quais vinha juntar-se o fato de a filha haver resolvido separar-se do marido. Tomar conhecimento da situação da própria filha servira, apenas, para agravar os próprios conflitos e a solução visualizada por minha amiga consistia, apenas, em apressar o próprio fim. Quando tal acontecesse, pensava ela, cessariam as preocupações.

Atitudes assim, por vezes levadas a extremos ainda maiores, realmente parecem conferir aos mais jovens o direito de esconder dos mais velhos determinadas informações. Mas a circunstância de o idoso, de fato, geralmente contribuir para a adoção de tais comportamentos não diminui o sofrimento por eles causado.

7 – Crescente importância do passado

Um último indicador encontra-se no fato de, para o idoso, o passado aos poucos adquirir importância talvez superior à verdadeira. As vivências da juventude ganham colorido mais rico e com o passar do tempo crescem as saudades do "antigamente".

O fato de o idoso ter menos ocupações, ser menos solicitado, apresentar menores condições físicas para responsabilizar-se por tarefas antes exercidas até com perfeição favorece a lembrança dos tempos em que o "hoje" se constituía em esperanças do "amanhã". A idéia da morte ganha espaço na imaginação dos velhos e estes, por um processo de racionalização, a ela se referem como a única maneira de não mais serem objetos de preocupação para terceiros ou uma oportunidade de reencontrar antigos companheiros. Alguns mencionam o fato de estarem sendo chamados pelos que os antecederam e talvez muitos efetivamente sonhem com familiares mortos, vindo buscá-los para a última e definitiva viagem.

III – FATORES DO ENVELHECIMENTO SOCIAL

Entre os fatores do envelhecimento social convém destacar: o meio ambiente no qual vive a pessoa idosa e as degenerescências físicas que, de maneira inevitável e em caráter irreversível, invadem o organismo dos mais vividos. Sobre cada um desses aspectos algumas observações podem ser feitas:

A) Meio Ambiente

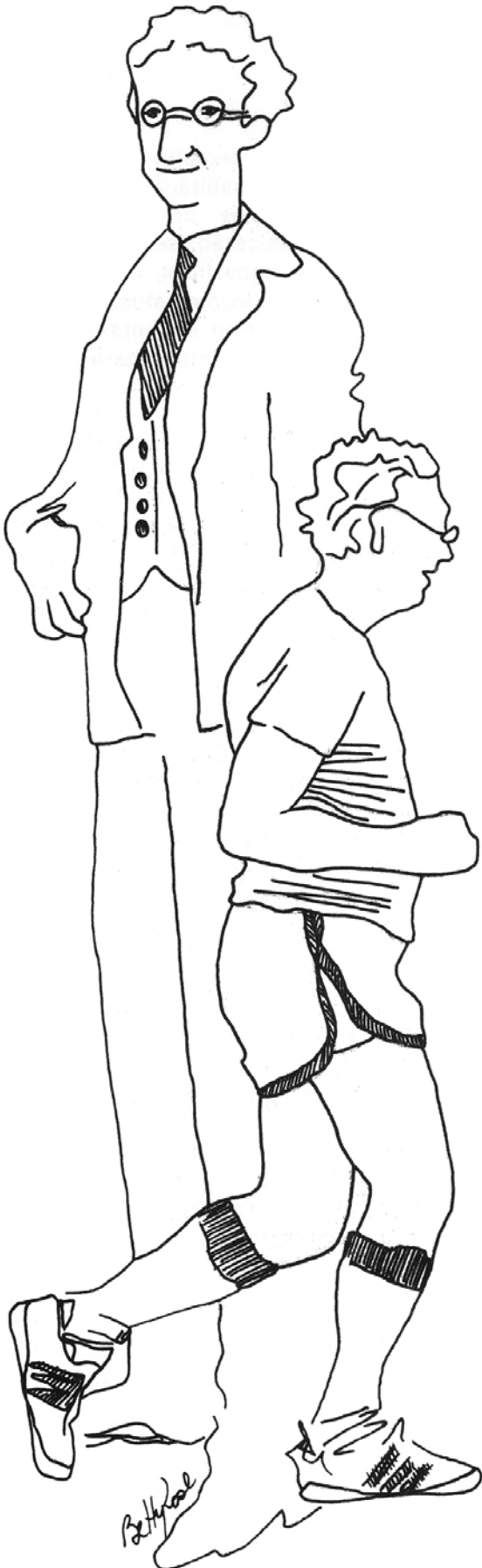
Em qualquer idade o ambiente influencia seus habitantes. Aspecto de grande importância e significado é também o modo pelo qual cada indivíduo se sente em relação ao ambiente que o cerca.

O assunto será apresentado em relação: à composição demográfica do meio ambiente, às expectativas da sociedade quanto aos diversos grupos que a compõem, aos equipamentos sociais disponíveis e às condições de moradia.

1- Composição demográfica do meio ambiente

A composição demográfica de um dado local – país, estado, cidade ou aldeia – é freqüentemente representada por uma pirâmide em cuja base estão os jovens, muito numerosos, e em cujo ápice ficam os idosos, em menor número. Esta representação, na verdade, nem sempre é válida para a totalidade de um país. Em muitas regiões os jovens partem em busca de melhores oportunidades de vida e os adultos envelhecem juntos, num grupo de quase total homogeneidade etária. Nestes casos, a forma semelhante a uma coluna seria a representação gráfica mais adequada.

As migrações internas, mais comuns entre os jovens, resultam por vezes em sensíveis modificações demográficas nas comunidades de origem, que passam a reunir sobretudo os pais e avós dos jovens migrantes. Permanecem os mais velhos, os que já não têm oportunidade de novas colocações em outras frentes de trabalho. Os que ficam envelhecem juntos, num grupo etário mais ou menos homogêneo, no qual as possibilidades de contato com representantes das gerações mais novas diminuem a cada dia, até cessarem por completo. Em tais circunstâncias, o envelhecimento social, aliado a outras formas de sofrimento, como o isolamento geográfico, é o resultado quase inevitável.



O contato entre gerações é muito importante, pois "os filhos educam os pais" e, em sentido mais amplo, os mais velhos aprendem, e muito, com os mais jovens. Quando estes se afastam, a casa fica vazia, triste e silenciosa, arrumada demais, no dizer de mães cujos filhos se emanciparam. Tal ambiente nada exige de seus ocupantes e termina por constituir-se em fator de impedimento à descoberta de novos interesses.

Outro aspecto demográfico está ligado às classes sociais. A expectativa de vida é sensivelmente mais alta entre os integrantes dos estratos sociais mais elevados. O envelhecimento social, portanto, é maior nos estratos sociais mais baixos, nos quais os longevos ficam necessariamente isolados, pois seus contemporâneos e familiares desaparecem mais cedo.

2- Expectativas da sociedade

Nenhuma lei estabelece o comportamento adequado aos diversos grupos etários. Contudo, parece existir um código secreto pelo qual as pessoas devem pautar seus comportamentos em função da própria idade.

Às crianças são conferidas maiores liberdades de movimento e maiores exigências pesam sobre os adultos, sobretudo dos que começam a apresentar sinais físicos de envelhecimento.

Os ditos populares são expressivos. Um homem mais velho dançando entre os jovens talvez ouça ou finja não ouvir o refrão: "Olhe o velho gagá, já deu o que tinha que dar". E uma senhora menos jovem, atraída por algum possível admirador, poderá ela mesma lembrar-se da quadra:

"Dá pena, ora se dá,
dá pena mas dá raiva também
mulher velha e sem vintém
querendo se casar".

Vale frisar o conteúdo dessa quadra. A pessoa em questão desperta, simultaneamente, os sentimentos de pena e raiva, ou seja, compaixão e revolta.

Estes e outros conceitos do folclore brasileiro transmitem e reforçam a idéia de que, depois de certo tempo, determinadas coisas não ficam bem.

E porque "determinadas coisas não ficam bem", os cronologicamente envelhecidos também envelhecem socialmente. Deixam de participar dos

acontecimentos diários e progressivamente se afastam da vida social.

3- Equipamentos sociais

O título proposto diz respeito aos recursos colocados à disposição dos habitantes de determinada comunidade. Recursos de saúde, lazer, transporte, habitação, educação, segurança e outros. A análise, embora superficial, dos itens arrolados e, vale lembrar, incompletos, com frequência revela a insuficiência e muitas vezes a inadequação dos mesmos, sobretudo para pessoas já não muito jovens.

A insuficiência, evidentemente, diz respeito à inadequada relação entre o número de usuários e a quantidade de equipamentos à disposição dos mesmos. A justa relação dificilmente pode ser observada e este aspecto merece a atenção dos responsáveis pelos serviços de atendimento às necessidades dos moradores das comunidades brasileiras.

A instalação e a aceleração do processo de envelhecimento social em grande parte decorrem da inadequação e da insuficiência de recursos comunitários. Os jovens têm forças para superar as dificuldades com as quais se defrontam. Os menos jovens sentem dificuldade em vencer certos obstáculos e se os objetivos por eles visados não têm um atrativo muito forte, servem-se desses pretextos para suprimir algumas atividades de suas rotinas de vida. Sucessivas restrições resultam no progressivo isolamento dos mais velhos e na diminuição dos contatos sociais. Em última análise, resultam no envelhecimento social.

As comunidades, por seus representantes, precisam se esforçar no sentido de que os serviços por elas oferecidos possam ser usufruídos por todos. E na palavra "todos" devem estar incluídos os idosos, os deficientes físicos, os doentes e os que, por qualquer motivo, apresentam condições que os afastam da média. Os argumentos apresentados para que tal não ocorra frequentemente são de ordem econômica; os serviços sairiam mais caros e até muito mais caros. Uma indagação é necessária: os idosos e aqueles cujas condições individuais se afastam da média dos moradores de uma determinada localidade devem suportar o peso de suas próprias dificuldades e ainda privar-se de seus direitos, para que pessoas mais jovens ou mais saudáveis desfrutem de regalias que lhes são negadas?

4- Condições de moradia

As condições físicas da casa têm influência direta sobre o comportamento de todos os seus moradores. A falta de espaço físico requer um esforço de compreensão e um desejo de colaboração nem sempre compatíveis com as reais possibilidades dos que vivem sob o mesmo teto e se vêem constantemente pressionados a renunciar a legítimos anseios de conforto e privacidade. O contínuo mal-estar pode levar à revolta e a outras reações inadequadas.

Na situação oposta – casas muito vazias – com freqüência emergem atitudes negativas, embora de natureza diversa. São os sentimentos de solidão e abandono; são as cobranças nem sempre bem dirigidas de atenções outrora dispensadas, noites mal dormidas, etc. E tais mágoas, se remoídas e não adequadamente canalizadas, podem acelerar o processo de isolamento e levar à morte social. Todos conhecem diferentes casos de pessoas que depois de uma vida útil, muitas vezes trabalhosa e difícil, se vêem sozinhas numa casa vazia. Durante anos e anos os mesmos móveis permanecem nos mesmos lugares, enfeitados com os mesmos objetos. Mas o tempo se encarrega de tingir as cortinas e as paredes, de descorar as almofadas. Talvez por falta de um adequado uso, tudo vai ficando velho, muito velho e pouco atraente.

Finalmente, é preciso considerar as condições ambientais da moradia: campo ou cidade, cidade grande, média ou pequena, localização, casa ou apartamento, meios de acesso, vizinhos, etc.

As possibilidades de envelhecimento social são maiores para os que por qualquer motivo se sentem forçados a viver num ambiente social e/ou humano indesejado; inversamente, são menores para pessoas integradas ao próprio meio.

B) Degenerescências Físicas

Cabe aos médicos explicar e, na medida do possível, retardar as degenerescências que enfeiam os homens e os levam à morte física. Também aos médicos cumpre estudar o caráter irreversível de tais degenerescências.

Aos interessados nos aspectos sociais da velhice compete analisar os mecanismos e processos que favorecem e/ou retardam o envelhecimento e

o modo pelo qual esses elementos afetam o comportamento individual e contribuem para o envelhecimento social.

1- Progressivo enfeamento

O enfeamento é um processo lento e sutil. Ninguém adormece muito bonito para, no dia seguinte, acordar muito feio.

A beleza, apanágio dos jovens, desaparece num processo insidioso e irreversível que, em 1975, inspirou um dos melhores versos de Cecília Meirelles. Diz ela:

“Eu não tinha essas mãos paradas, frias e mortas; Eu não tinha esse coração que nem se mostra; Eu não dei por essa mudança tão certa, tão simples, tão fácil; Em que espelho ficou perdida minha face?”

O enfeamento é o resultado direto de degenerescências físicas que decorrem de transformações, deformações e perdas:

– alterações no tecido muscular, reveladas sobretudo na perda do frescor da pele, no aparecimento de rugas e na flacidez dos músculos;

– alterações no tecido ósseo. As alterações ósseas não ocorrem necessariamente na velhice, mas são mais freqüentes ou se agravam em pessoas de idade avançada. Elas se apresentam sob a forma de arqueamento das pernas e diferentes escolioses. As deformações ósseas, aliadas à diminuição das forças musculares, contribuem para o isolamento de muitos idosos. O sair de casa torna-se uma aventura difícil e, em conseqüência, os contatos sociais diminuem;

– queda de cabelos. Embora a calvice seja mais freqüente nos homens e apenas aceita no chamado sexo forte, as mulheres dela também podem ser vítimas. A calvice é tolerada pelos homens e totalmente rejeitada pelas mulheres que se esforçam por escondê-la. A calvice feminina, mais do que a masculina, favorece o isolamento, pois a situação é freqüentemente agravada pelas zombarias que suscita;

– o embranquecimento dos cabelos, também comum a ambos os sexos, não é sinal de velhice, mas envelhece. Muitas mulheres e alguns homens lançam mão de diversos tipos de pintura para esconder as transformações verificadas nos próprios cabelos;

- transformações físicas com perda de altura, crescimento de abdômem, aumento das extremidades (queixo, nariz e orelhas).

Todos esses processos e talvez outros mais modificam a aparência física de seus portadores e o resultado direto é o enfeamento físico.

Muitos, pelo fato de não se aceitarem como velhos, se isolam, na tentativa de esconder a própria degenerescência. Em outras palavras, para muitos a perda da beleza física leva ao isolamento e à morte social.

2- Perdas sensoriais

As perdas sensoriais mais comuns são:

- diminuição (mais freqüente) ou total perda da visão. Esta deficiência de diferentes formas interfere nas atividades de lazer: cinema, TV, exposições, etc. e, em estágios mais avançados, dificulta a movimentação de suas vítimas. Em consequência, os contatos sociais podem ficar prejudicados, o que não ocorre necessariamente;

- diminuição (mais freqüente) ou total perda da audição. Embora desconheça pesquisa sobre a matéria, minhas impressões pessoais, corroboradas por depoimentos de técnicos na matéria, me levam a acreditar que a surdez, sobretudo em seus estágios mais avançados, resulta num isolamento social maior do que o provocado pela cegueira. E isto se deve ao fato de o surdo ter suas possibilidades de comunicação interpessoal muito atingidas. Ele não pode participar de um grupo porque não acompanha a conversa; não pode telefonar nem receber telefonemas, simplesmente porque não ouve; as pessoas à sua volta só se dirigem a ele - quando o fazem - em tom de voz mais alto que o normal e, por vezes, aos gritos.

Nada disso ocorre ao cego que pode ler às escuras, falar ao telefone, conversar com os amigos, entreter-se com músicas e gravações, etc.;

- diminuição ou perda do tato. Essa dificuldade talvez tenha repercussões sociais menores. Contudo, a perda do tato dificulta e acaba impossibilitando a execução de determinadas tarefas, sobretudo as manuais. Quando esta deficiência impede a execução daquelas atividades através das quais o relacionamento social se estabelecia, a vida social fica diretamente atingida. As pessoas não mais podem fazer as coisas com as quais agradavam aos amigos.

3- Declínio da memória

Talvez seja este o mais grave fator do envelhecimento social. As vítimas da perda da memória - e os idosos, com freqüência, o são - parecem lembrar-se apenas dos fatos passados e, talvez, de acontecimentos imediatos. Disto resulta a constante repetição de casos e o conseqüente afastamento dos que se cansam de sempre ouvir as mesmas coisas.

Esse fato prejudica o relacionamento familiar. Os jovens por vezes têm o mau gosto de completar as histórias contadas como novas, o que é percebido como agressão e, na realidade, o é. Alguns fingem não perceber tais atitudes porque, no dizer de alguém, "ficar sozinho é mais desagradável do que ouvir certas coisas".

O conjunto das degenerescências físicas - enfeamento, perdas sensoriais e perda da memória - favorece o envelhecimento e pode levar à morte social.

Exemplo mundialmente conhecido de pessoa cuja vida social foi profundamente abalada pelo envelhecimento físico é o da artista Greta Garbo. Depois de brilhar nas telas de todo o mundo como artista e mulher bela e talentosa, ela passou a viver no mais completo isolamento e não permite que fotógrafos documentem sua decadência. Este é um caso, talvez extremo, mas que bem demonstra a interrelação entre aparência física e vida social.

Os que não assumem a própria velhice não têm as condições necessárias a uma vida social adequada.

As operações plásticas se constituem num esforço de devolver aos velhos a juventude perdida. As tinturas de cabelo têm o mesmo objetivo. São tentativas válidas para seus adeptos de preservar atributos antes valorizados no convívio social. Mas são apenas tentativas porque, na realidade, os mais velhos não podem conservar o frescor da mocidade.

Uma nota de suma importância é a que se segue: as observações feitas em relação à beleza são válidas apenas para os que fizerem da aparência física sua principal arma de atração. Muitos feios e feias têm a beleza interior, um poder de encantamento e de envolvimento que, de longe, superam os atrativos visuais. Exemplo desse fato também

famoso é o da duquesa de Windsor, feia desde jovem, pela qual dois homens de projeção se apaixonaram. Um deles, todos sabem, preferiu sua companhia às riquezas e faustos do império britânico.

E todos conhecem casos, embora sem a repercussão do já citado, em que os atributos morais prevaleceram sobre dotes físicos de pessoas não muito bem aquinhoadas pela beleza material.

IV – EXPERIÊNCIAS DE VIDA

A vida do ser humano é marcada por acontecimentos que, somados e integrados, constituem a “história de vida” de cada pessoa. Aliada ao temperamento individual, a história de vida repercute diretamente sobre o envelhecimento social, podendo retardar ou acelerar tal processo.

Abordaremos neste item: o lento e progressivo esvaziamento dos grupos sociais, as vivências particulares, os resultados econômicos e sociais da experiência de vida de cada pessoa e, finalmente, as ocorrências mais amplas que interferem e de certa forma condicionam e modificam a história da própria humanidade.

A) Lento e progressivo esvaziamento dos grupos sociais

É lugar comum afirmar que os grupos sociais se ampliam até certo momento, se estabilizam durante algum tempo para mais tarde sofrerem um lento e progressivo esvaziamento.

Na juventude, as perdas, por qualquer motivo, dos integrantes de diversos grupos são compensados pelo ingresso de novos membros. O envelhecimento social pode ter início no momento em que, por qualquer motivo, tais renovações começam a ocorrer com menor frequência e aos poucos deixam de acontecer. Este esvaziamento pode ser observado em diversos grupos. Alguns exemplos:

1– Transformações no grupo familiar

A família é um grupo extremamente dinâmico. A constituição de uma nova família significa a criação de algo que inexistia até aquele momento e, simultaneamente, a modificação de suas outras situações: a das famílias dos nubentes. Com o pas-

sar do tempo, a nova família desejavelmente verá nascer um certo número de crianças que um dia também organizarão novos lares, criando, portanto, situações também novas e diferentes.

Paralelamente à chegada dos jovens ocorre o desaparecimento dos mais velhos e este processo, no qual momentos de alegria e de tristeza se alternam, repercute diretamente sobre a vida social dos que nele estão envolvidos. As mudanças acarretadas por contínuas transformações no grupo familiar refletem-se no relacionamento de seus integrantes. Com a emancipação dos filhos, a família perde aquele que por qualquer motivo se afastou e muito provavelmente perde também o seu grupo de amigos e colegas mais chegados.

As transformações do grupo familiar incluem necessariamente algumas reflexões sobre os processos de separação e viuvez. A separação significa o afastamento de um homem e uma mulher que durante determinado tempo tiveram vida em comum, independentemente do fato de esta união haver sido oficializada ou não. A viuvez também significa o afastamento de um homem e uma mulher que durante algum tempo viveram em comum, mas neste caso o afastamento definitivo e irreversível é o resultado da morte de um dos cônjuges. As duas situações, embora diferentes, acarretam resultados assemelhados.

Para o assunto em pauta, envelhecimento social, tanto a separação quanto a viuvez têm significativo peso. Isto porque uma e outra implicam o retorno a uma situação da qual as pessoas se afastaram, provavelmente por acreditarem que um novo modo de vida lhes seria mais favorável.

Embora as causas da separação sejam diversas das causas da viuvez, ambas quase sempre geram sentimentos parecidos: pesar pelo acontecimento, remorso pelo que foi ou deixou de ser feito, arrependimento por atitudes tomadas ou palavras proferidas, etc. Um depoimento muito frequente entre os protagonistas de qualquer das duas situações é: “nada disso teria acontecido se...”. A lista das hipóteses é interminável e sobre o assunto importa lembrar que tais situações, num processo em cadeia, favorecem a emergência de sentimentos negativos, propiciam formas de comportamentos igualmente negativos e podem levar ao isolamento dos que as adotam.

A separação e a viuvez se assemelham em outro aspecto igualmente importante. Ambas exigem

a aprendizagem de novos papéis: o de pessoa abandonada ou pessoa que abandonou para os separados e o de viúvo ou viúva para os que sobrevivem aos próprios companheiros. Em qualquer hipótese, a nova aprendizagem é difícil porque exige a reinserção em antigos grupos ou a descoberta de novos interesses e amizades novas. Muitos resistem à mudança de hábitos de vida, o que pode levar ao isolamento. Outros não são bem compreendidos e aceitos em seus esforços de integração em uma realidade diferente e tal atitude também favorece o envelhecimento social.

Até aqui foram salientadas, embora superficialmente, as semelhanças entre as duas situações. Mas diferenças também devem ser identificadas. Em primeiro lugar, existe o fato de a sociedade, através de rituais e solenidades, valorizar o sofrimento causado pela viuvez. Mas enquanto a sorte dos viúvos é lamentada em prosa e verso e os sobreviventes consolados de mil e uma diferentes maneiras, o destino dos que se separam muitas vezes é objeto de críticas e comentários desastrosos. Muitos são os que se ocupam de identificar o "culpado" pela situação. As tentativas no sentido de esconder as separações favorecem o isolamento dos que escolhem tal comportamento; a divulgação da morte, ao contrário, pode significar um pedido de ajuda para os mais de perto atingidos pela definitiva perda. A irreversibilidade da morte talvez favoreça o declínio do sofrimento dos que por ela foram mais diretamente atingidos.

Outra diferença reside no fato de a separação muitas vezes ser desejada apenas por uma das partes que termina por impor à outra sua própria vontade. Raramente os dois cônjuges, com a mesma intensidade e determinação, concluem pela conveniência da medida.

Mais ainda, ao contrário da viuvez, a separação é o resultado de uma decisão, ainda que de apenas uma das partes envolvidas na situação. Salvo em casos de suicídio, que se afastam do objeto do presente estudo, a viuvez não é desejada ou não é aceita no plano consciente; a separação, no entanto, é desejada e até exigida. Embora consciente, embora fruto de situações percebidas como indesejáveis, a separação, a seu turno, gera novas situações também indesejáveis e, ao menos temporariamente é, em geral, responsável por grandes sofrimentos.

Paradoxalmente, tanto a separação quanto a viuvez podem levar a resultados positivos. Quan-

tas pessoas existem que começaram a viver depois de separadas ou viúvas...

É muito conhecida a anedota da senhora que ao ser admitida no clube das viúvas iniciou o curso de praxe, afirmando: "há muito tempo desejava ingressar neste grupo...".

Declarações deste tipo devem ser incluídas no rol dos atos falhos porque mandam as convenções sociais sejam elas emitidas. Isso não impede o comportamento mais espontâneo entre pessoas lançadas, embora involuntariamente, em situações assemelhadas. Por isso se fala em "viuvez bem sucedida".

2- Transformações nos grupos de companheiros

Na adolescência, para muitos a vida social explode como necessidade básica e urgente. Aparecem os grupos, ou melhor, os "bandos" de moças e rapazes, todos com a mesma fome de contatos interpessoais contínuos e gratificantes. É a época de busca de independência, durante a qual o grupo de amigos se constitui em instrumento para saltos mais altos, um ponto de apoio entre a família e a sociedade.

Os grupos de adolescentes são mistos e são numerosos. São muitos os seus integrantes e o pensamento de todos está voltado para o futuro, quando os sonhos acalentados na adolescência poderão concretizar-se. E é com frequência nos próprios grupos que moças e rapazes se encontram e decidem formar uma nova família. É assim que muitos grupos se dissolvem em pares que, de início, continuam a se encontrar, mas com o nascimento dos filhos, as exigências do trabalho, eventuais desentendimentos, transferências e outras ocorrências começam a afastar-se. Aos poucos, os grupos se diluem e seus integrantes dificilmente terão uma experiência de vida semelhante à experimentada nesse período, e isto, entre outros motivos, porque a necessidade de andar em bandos é próprio da adolescência e, em situações normais de vida, tende a decrescer com o passar do tempo para, depois, estabilizar-se.

Os grupos de adolescentes podem, com o correr do tempo, transformar-se em grupos de casais, com reuniões menos frequentes, mas ainda fortes e com significativos laços de amizade. Os integrantes dos novos grupos nem sempre são os mesmos e a partir de determinado período de tempo, a vida em grupo é mais freqüente entre os

casados. Solteiros e viúvos muitas vezes garantem aos casais a possibilidade de uma vida social gratificante.

Porque os homens vivem menos, os grupos da terceira idade reúnem um número de mulheres significativamente superior ao de homens. Este é um fenômeno identificável a olho nú. A partir de certa idade, grupos anteriormente mistos evoluem para grupos predominantemente femininos integrados sobretudo por viúvas e solteiras que, por vezes, se reencontram na situação em que se conheceram muitos anos antes. É o tempo em que ainda existe vida social, embora diferente da anteriormente conhecida e, em termos de conteúdo, mais pobre que a anterior. É o tempo do envelhecimento social que poderá levar à morte social porque os grupos femininos também sofrem um progressivo esvaziamento, fruto da morte de seus integrantes, das constantes dificuldades de locomoção e do isolamento a que se condenam algumas pessoas e são condenadas outras. As sobreviventes desta situação experimentam ainda o progressivo isolamento gerado pelo também progressivo desaparecimento de seus contemporâneos.

Na velhice o pensamento está voltado para o passado, para o antigamente. É a falta de programas, o desinteresse por coisas novas, a resistência à idéia de vir a ser alguma coisa além do que já foi ou é. Se o futuro desperta algum tipo de interesse, é o futuro dos que chegaram depois: filhos, netos, sobrinhos, inclusive os de pessoas amigas. Os socialmente envelhecidos vivem através de outros que, às vezes, desconhecem o ato de se terem transformado em objeto de tais atenções.

3- Evolução dos grupos de trabalho

Os grupos de trabalho também sofrem alterações profundas e terminam por dissolver-se. No início da vida profissional o jovem pode transferir-se de um emprego para outro e, nessas mudanças, participar de diferentes grupos. É comum que depois de algum tempo a pessoa se estabilize e se integre em um grupo no qual passa a ser reconhecida pelo desempenho de determinadas tarefas e atividades profissionais.

Mas esses grupos também se modificam, pois novos elementos a eles se agregam, enquanto outros deles se afastam. Neles também emergem afinidades freqüentemente transformadas em amizades que ultrapassam as fronteiras do trabalho e se integram nas relações familiares.



Durante algum tempo os afastamentos verificados em tais grupos são compensados por novos ingressos. Com isso também se renovam as relações pessoais, podendo mesmo tornar-se mais ricas.

Mas a partir de certo momento, impreciso no tempo, os mais antigos começam a perceber e a sentir as conseqüências do fato que os colegas de serviço são mais jovens, têm mais disposição para o trabalho, são mais inovadores, etc. Em resumo, o trabalhador se descobre na velha-guarda; se descobre entre os que, no entender dos mais jovens, já não têm contribuição efetiva a oferecer àquele grupo. E pessoas antes consideradas no meio profissional começam a sentir-se expulsas do ambiente no qual haviam sido aceitas e por vezes prestigiadas. É o envelhecimento social, de início talvez não muito claro, mas a cada dia mais e mais evidente.

O envelhecimento social pode iniciar-se antes da aposentadoria e com ela agravar-se, muito embora tal fato não ocorra necessariamente. O momento da aposentadoria significa o definitivo afastamento de um grupo freqüentado durante longos anos. A aposentadoria, entendida como um direito conquistado pelo trabalhador, é também um período de desvalorização pessoal. Os aposentados são os que não servem ou os que não servem mais para a execução de determinadas tarefas. Em termos percentuais, é reduzido o número dos que se aposentam porque encontraram ocupação mais gratificante – e a palavra "gratificante" deve ser entendida em seus diferentes significados.

Alguma coisa precisa ser dita sobre as diferenças sociais observáveis entre os aposentados. Nos extratos mais baixos da sociedade a realização profissional é necessariamente mais rara. Um operário que durante trinta ou mais anos de vida executa as mesmas tarefas, repetindo gestos nada criativos, provavelmente não sente muito prazer no que faz. Ocorre, ainda, que nas camadas mais baixas da sociedade os índices de mortalidade são mais elevados; por isso, o operário aposentado vive um universo social mais reduzido e seus anos de liberdade, os anos da aposentadoria, são sem dúvida, diferentes dos conhecidos pelos integrantes das camadas sociais mais elevadas.

Quanto aos recursos financeiros do aposentado, a primeira observação diz respeito à diversidade dos sistemas previdenciários que coexistem no Brasil.

Em algumas categorias profissionais, o aposentado recebe uma importância mensal muito próxima ao salário percebido durante o período laborativo e esta importância é paga, com sucessivas correções, até a morte de seu beneficiário. Para outros, porém, a entrada na aposentadoria significa brutal queda nos rendimentos e conseqüente perda do poder aquisitivo. Este aspecto tem influência muito direta sobre a vida social do aposentado, pois se os recursos financeiros diminuirão de maneira por demais sensível, diminuirão também as possibilidades de freqüentar os mesmos grupos, as chamadas rodas de amigos. O aposentado não terá recursos financeiros para manter os colegas e amigos que lhe eram assegurados pela participação no mesmo ambiente social.

Aposentadoria significa também disponibilidade de tempo. Para os que, durante o período laborativo, tiveram sua atenção voltada predominantemente para as funções exercidas, o fato de não mais trabalhar com freqüência se constitui em forte ameaça. Como ocupar as 24 horas do dia transforma-se em grave problema. Muitos retardam a aposentadoria porque antevêm neste período dificuldades às vezes superiores às reais.

A convivência mais prolongada com os familiares é outro fator que interfere de maneira negativa nas possibilidades de uma satisfatória aposentadoria. Nos anos de atividade, a vida em família se resume no contato de algumas horas no fim de cada dia e uma permanência um pouco mais longa durante os feriados e fins de semana. Mas já nesse período o descanso obrigatório é por vezes sentido como opressor. Dizia-me alguém: "para mim, domingo tem bolor de vitrine fechada". O verdadeiro significado desta frase evidentemente não está expresso. Ela traduz a sensação de coisa parada, embora temporariamente, tempo inútil, sem objetivo e que, por assim dizer, cheira mal.

E muitos se perguntam: com a chegada da aposentadoria, todos os dias serão iguais aos domingos? Embora as vitrines continuem abertas durante a semana, muitos se amedrontam diante do vazio acarretado pela falta de ocupação.

Outro motivo pelo qual a aposentadoria aparece sob forma pouco atraente está no fato de ela constituir obrigatoriamente a última etapa de vida dos que a alcançaram.

A vida se desenvolve em sucessivas etapas, algumas vividas antes do ingresso no mercado de

trabalho e outras durante os trinta ou mais anos da chamada vida útil. Até a denominação "vida útil" dada ao tempo de serviço parece indicar a inutilidade das outras fases da existência humana. No entender de muitos, inclusive aposentados, o fato de alguém se aposentar significa deixar de ser útil ou tornar-se inútil. Assim, ao fato objetivo de a aposentadoria significar a última fase de vida soma-se o conceito nada objetivo de ser esta uma fase durante a qual as pessoas perdem a sua serventia, tornando-se inúteis e supérfluas.

Quando tais sentimentos se apoderam dos aposentados, a aposentadoria, liberdade conquistada, se transforma em castigo ou punição, e tal sentimento pode apressar o fim deste período.

Intimamente ligado ao que vem sendo tratado está o fato de a aposentadoria ser um período de duração indeterminada. Todos sabem quantos anos viveram antes de a ela chegar, mas todos ignoram quantos anos ainda viverão depois de nela ingressar.

Finalmente, vale lembrar o fato de a aposentadoria ser também a fase de declínio pessoal. E o declínio pessoal, visível nos aspectos físicos do envelhecimento, manifesta-se também nos aspectos sociais apresentados.

Alguma coisa deve ser dita, embora resumidamente, sobre as pensões. As situações enfrentadas pelas famílias que sobrevivem ao desaparecimento de seus chefes são absurdamente disparates. Alguns sistemas garantem à viúva e aos dependentes uma renda mensal próxima ao salário do falecido. Outros pagam importância sensivelmente menor. Em alguns casos, e sempre na dependência da posição ocupada em vida pelo falecido, a pensão por ele deixada pode ser integralmente paga à viúva; em outros, a mesma pensão é dividida entre a viúva, os filhos menores e as filhas que não exerçam atividade em repartições públicas. Frequentemente, as viúvas perdem o direito à pensão do marido ao contraírem novas núpcias, o mesmo ocorrendo com as filhas solteiras que se casam. Em outras palavras, o sistema condena a viúva à viuvez e as filhas solteiras ao celibato. Tais medidas são evidentemente injustas, pois trabalhar em serviço público não significa, necessariamente, receber um salário superior ao oferecido pelas empresas particulares. O inverso pode ser verdadeiro. Também o fato de ser casada não implica a mulher ter assegurada a satisfação de suas necessidades financeiras. Por fim, parece

desnecessário lembrar que exigências descabidas, na prática, dão margem a situações ilegais bastante comuns.

Note-se, contudo, que o assunto tratado é muito complexo e intrincado. Os pontos indicados são apenas alguns exemplos a serem complementados por estudos mais abrangentes e profundos.

B) Vivências particulares

O estudo do envelhecimento social exige uma reflexão sobre vivências e experiências particulares e sobre o modo pelo qual essas vivências e experiências afetaram e afetam a vida social de cada pessoa. O assunto será abordado de maneira geral, porquanto, em função de N variáveis, os mesmos fatores repercutem de diferentes maneiras em diferentes pessoas.

1- Ambiente social

O modo pelo qual uma criança é recebida ao nascer, em muitos aspectos interfere no ambiente social em que essa mesma criança vai crescer, chegar à adolescência e, mais tarde, à idade adulta.

O ambiente familiar influi nas oportunidades de formação de laços de amizade com parentes e vizinhos. Algumas famílias estimulam o relacionamento de seus filhos entre si e com colegas, enquanto outras, através de proibições nem sempre muito explícitas, dificultam esse procedimento. O posicionamento familiar frente às possibilidades de formação de laços de amizade de seus filhos tem repercussões decisivas sobre o amadurecimento social dos mesmos.

Muitas famílias, de mil maneiras, sufocam a tendência natural da criança em relacionar-se com seus contemporâneos. Em certo sentido, pessoas criadas em regimes assemelhados não podem envelhecer socialmente porque, na realidade, do ponto de vista social, não chegaram a amadurecer; elas se conservam crianças porque não conseguem estabelecer relações satisfatórias com seus semelhantes.

2- Ocupação profissional

O ingresso no mercado de trabalho assegura uma renda mensal que deveria crescer paralelamente aos progressos funcionais.

Para os assalariados, a imensa maioria dos brasileiros, o trabalho é a principal fonte de recursos para as despesas de manutenção do próprio trabalhador e de sua família.

Mas o trabalho satisfaz também a outras necessidades humanas, pois freqüentemente ele se realiza em local propício à descoberta de afinidades pessoais e, portanto, à formação de laços de amizade. Para alguns, o fato de o local de trabalho propiciar a emergência de amizades é mais importante do que o salário recebido ao fim de cada mês.

Certa vez, um motorista de taxi me disse que de manhã trabalhava na praça e, à tarde, era servente numa repartição. Depois acrescentou: "a praça dá mais grana, mas aqui neste banco ninguém pode fazer amigos; então é melhor a gente ter um serviço onde trabalho no meio de colegas".

Acontece ainda que certas atividades laborativas favorecem ou até exigem a conjugação de esforços dos responsáveis por sua execução. Esse fato propicia a descoberta de amigos. Outras, ao contrário, só podem ser adequadamente executadas no isolamento, o que não favorece a formação de laços de amizade.

Essas circunstâncias repercutem de maneira significativa na vida particular dos profissionais, podendo retardar ou acelerar o envelhecimento social dos que se empenham em diferentes tipos de atividades: as que exigem colaboração ou as exercidas no isolamento.

Ainda em relação ao trabalho, vale considerar que os empregados em tarefas mais pesadas ou menos complexas têm uma expectativa de vida sensivelmente mais baixa do que os empenhados em atividades intelectuais realizadas, em geral, com menor esforço físico, freqüentemente em ambientes mais confortáveis, por pessoas mais bem alimentadas, com maior número de horas de sono, mais saúde e menos desgastadas pela vida. Com o passar do tempo, os trabalhadores braçais contam com um número de contemporâneos sensivelmente reduzido e têm, portanto, menores oportunidades de relacionamento com iguais.

Finalmente, é preciso não esquecer as pressões sociais exercidas sobre os mais velhos. A sociedade, por suas leis e costumes, nega aos que deixaram de ser jovens as oportunidades de continuarem integrados no próprio meio; expulsa o

trabalhador que começa a envelhecer, e, em consequência, começa a render menos em diversos sentidos, e o faz a pretexto de os mais novos possuírem tecnologia mais avançada, trabalharem mais depressa e, geralmente, por menores salários, muito embora este argumento não seja oficial. Assim, pessoas que não se sentem velhas e, na realidade, não o são e que ainda têm condições físicas para o exercício de suas atividades são afastadas de seus cargos e jogadas numa aposentadoria sem perspectivas de vida. Este é um grande fator de envelhecimento social e um grande passo em direção à morte social.

3- Transferências

Determinadas carreiras requerem contínuas transferências de seus profissionais. Os chefes de família são mandados de um lugar para outro e, obviamente, a família os acompanha. O fato de as despesas com as mudanças serem custeadas pelo órgão empregador resolve, apenas, eventuais problemas financeiros. As desvantagens sociais de repetidos deslocamentos não podem ser compensados. Quem mora em muitos lugares termina por não criar raízes em lugar algum. Tais pessoas gozam das oportunidades de conhecer o mundo, o que pode ser entendido como bom, mas do ponto de vista social a experiência pode resultar ou quase sempre resulta no rompimento de amizades pessoais que, em situações mais estáveis, talvez oferecessem maiores satisfações.

4- Experiências clandestinas

As experiências clandestinas, de natureza política, religiosa ou sentimental, por definição são realizadas às escondidas e, por isso, repercutem direta e negativamente sobre a vida social dos que as vivenciam. São experiências solitárias (para fugitivos religiosos), vividas a dois (em aventuras amorosas) ou em pequenos grupos (em movimentos políticos não reconhecidos, por pessoas que se afastam da lei ou por determinadas seitas religiosas). De maneira bem objetiva elas dificultam e até impedem os relacionamentos sociais mais amplos, pois seus adeptos devem dedicar boa parte do tempo, que poderia ser aproveitado em outras ocupações, em atividades inerentes à própria experiência.

Em termos subjetivos, as dificuldades, sofrimentos e incertezas enfrentados muitas vezes superam as alegrias porventura alcançadas. Os envolvidos em tais situações freqüentemente vivem

sob a tensão de serem descobertos e o medo de serem traídos. Estes e outros sentimentos entravam as possibilidades de relacionamentos sociais satisfatórios. O universo social dos que assim procedem é necessariamente mais pobre e o envelhecimento social, em consequência, o resultado mais provável.

C) Resultados econômicos e sociais da experiência de vida

Seria impossível analisar as consequências dos resultados econômicos da experiência de vida de cada pessoa. Os aspectos que apresentaremos em seguida são os que mais diretamente se refletem nas possibilidades de um envelhecimento social mais ou menos acelerado.

Tais aspectos estão muito ligados aos processos de mobilidade social. Nas sociedades industriais de hoje, o status social não é mais transmitido de pai para filho e pessoas nascidas em ambientes modestos, por diferentes mecanismos, podem ascender a situações sociais mais elevadas ou vive-versa. É a chamada mobilidade social nas formas ascendente e descendente. Os motivos para conquista ou perda de status são muitos e, em geral, aparecem em formas combinadas. O presente trabalho não pretende analisar as causas da mobilidade social, mas apenas identificar as consequências deste processo sobre as maiores ou menores possibilidades de envelhecimento social dos nele envolvidos.

A mobilidade social, hoje mais intensa que outrora, pode levar a diferentes resultados. Um deles é o alcance de resultados sociais superiores aos de grupo de origem; é o caso, muito comum, de filhos que ultrapassam os próprios pais. Quando a diferença é por demais sensível, pode ocorrer o afastamento dos que lograram alcançar posições mais elevadas. As distâncias muito grandes dificultam o relacionamento pessoal.

Em termos de envelhecimento social, um dos mais prováveis resultados é o distanciamento dos mais bem sucedidos de seu grupo de origem. Eles precisarão viver num grupo ao qual, de início, não pertenciam e no qual, no que se refere ao grupo familiar, ficarão isolados.

A segunda hipótese é a da pessoa que por qualquer motivo desce a um nível de vida inferior ao do nascimento. Duas atitudes são possíveis: a

rejeição e a proteção. Em casos de rejeição, a família ignora o membro "fracassado" que passa a viver à distância; na segunda hipótese, a família o protege de modo a garantir-lhe os padrões de vida anteriormente conhecidos.

Entre estes dois extremos, uma enorme gama de posições pode ser observada. Independentemente das posições adotadas pela família, a pessoa lançada em tal situação tanto pode assumir atitudes de revolta ou de acomodação como buscar os meios necessários ao reingresso nas posições anteriores. Quando tal objetivo não é alcançado, o isolamento social talvez seja mais frequente e o envelhecimento social o resultado mais provável.

Mas é preciso não esquecer a possibilidade de muitas pessoas alcançarem posições iguais ou equivalentes aos do grupo de origem, malgrado as condições atuais de mobilidade social. Nesses casos, pessoas nascidas em qualquer meio social nele permanecem. É provável que para tais pessoas o envelhecimento social seja mais lento e menos doloroso, porque vivido entre iguais.

D) Ocorrências mais amplas

Um último aspecto interfere diretamente nas possibilidades de envelhecimento social de qualquer pessoa. São os fatos ocorridos durante sua existência e que escapam a uma interferência pessoal ou familiar.

1- Guerras e Revoluções

Nos períodos de luta, a humanidade enfrenta situações difíceis que a todos afligem indistintamente. De mil maneiras as guerras e as revoluções, por exemplo, interferem nos processos de envelhecimento social. Os conflitos armados, entre famílias, fenômeno ainda hoje comum em certas comunidades, despertam emoções muito profundas e resultam numa quase inevitável tomada de posição.

Como só duas posições são possíveis, isto é, contra e a favor, os amigos muitas vezes interpretam a história de maneira diferente e, em consequência, tomam partidos opostos. A neutralidade é comportamento difícil e raro; por isso, é comum pessoas amigas se tornarem indiferentes e até inimigas; isto ocorre porque tais pessoas tomam posições contrárias em relação aos mesmos acontecimentos.

A segunda forma pela qual as guerras afetam o relacionamento social é o desaparecimento de seus combatentes, como é o caso de pracinhas da segunda guerra. Quantos morreram nas guerras e revoluções que enlutaram o Brasil! E os desaparecidos deixam viúvas e órfãos, deixam noivas, irmãos, pais, amigos e familiares. E a perda de alguém que efetivamente muito ainda poderia oferecer a muita gente é acontecimento revoltante, com repercussões diretas sobre as vidas de muitos outros.

As guerras e as revoluções são responsáveis por dificuldades que atingem diretamente os convocados para a luta e, indiretamente, seus amigos e familiares. Quantas tensões, angústias, saudades e dores entre os que ficam à espera de seus combatentes... E quando eles voltam, quantas seqüelas sob a forma de cicatrizes, lembranças, neuroses, pesadelos, etc.

A humanidade deveria, uma vez por todas, procurar outras formas para resolver suas dificuldades. Os conflitos não levam a nada. As guerras nada trazem de bom. A história nos mostra, sobejamente, esta verdade. Ao contrário, elas são responsáveis por inúmeros e desnecessários sofrimentos.

2- Desastres

Quando eu era menina, acompanhei, sem entender, as revoluções da década de trinta. Terminada a luta, ficou em minha cidade um enorme depósito de munições. Alguém deve ter lançado ao chão uma ponta de cigarro aceso. Mais de cinquenta anos depois ainda ouço o barulho do que ficou sendo conhecido como "o estouro do comando", ainda sinto o abalo produzido pela queima da munição; sobretudo, ainda vejo passar os carros transportando corpos anônimos e ensanguentados.

Naquele mesmo dia, à noitinha, um amigo da família veio à nossa casa. Ele não disse nada e nem era preciso dizer coisa alguma. Na realidade, ele já sabia que seu pai, como inúmeros outros pais, havia desaparecido no "estouro do comando". Nos dias seguintes a cidadezinha mineira só fazia acrescentar nomes à lista dos sacrificados no horrível desastre. E todos tentavam consolar as viúvas e órfãos, os pais e os amigos dos desaparecidos.

Em 1966, o Rio de Janeiro foi palco de uma enchente que destruiu casas e edifícios e matou famílias inteiras. Os sobreviventes sofreram e sofrem ainda as conseqüências de calamidade que, em 1988, vòltou a repetir-se com intensidade talvez maior e resultados igualmente danosos.

Esses e muitos outros exemplos ilustram bem o quanto nossas vidas estão ligadas a inúmeras outras vidas. As tragédias põem fim à vida de uns tantos e interferem de maneira profundamente negativa na existência de muitos outros; elas atingem os familiares, os amigos e os simples conhecidos.

3- Prolongados períodos de isolamento

Os que por vontade própria ou qualquer outro motivo se afastam do convívio social e se isolam por período de tempo significativo, tornam-se mais vulneráveis ao envelhecimento social. É o caso, por exemplo, de pessoas que se sentiram atraídas pela vida religiosa mas não se adaptaram às exigências da própria escolha; é também o caso de pessoas acometidas de doenças graves e, por isso, isoladas em prolongadas internações hospitalares; é, ainda, a situação de crianças, abandonadas ou não, criadas em regime de internato e com raras oportunidades de experiência de vida em liberdade, convivência entre iguais, tomada de decisões, etc. É, finalmente, a situação dos que infringem a lei e se vêem confinados durante grandes períodos de encarceramento.

Este trabalho não pretende entrar no mérito das situações apresentadas, mas apenas, lembrar que elas contribuem para o envelhecimento social dos que as vivenciam.

V - PROPOSTAS

Este último capítulo foi incluído com o objetivo de terminar a exposição sobre o Envelhecimento Social com a proposta genérica de que a velhice não precisa ser, necessariamente, um período de desânimo, espécie de antecâmara da morte. Ela pode e deve ser bem vivida; pode e deve ser o período durante o qual o tempo livre é aproveitado para compensar as dificuldades inerentes à fase produtiva.

A velhice social, ao contrário da física, não é uma fatalidade. Ela pode ser evitada ou retardada e a prova está nos inúmeros casos de pessoas socialmente jovens depois de longos anos de exis-

tência. Os exemplos são muitos e repetidamente apresentados. Inútil insistir sobre eles. Pessoalmente, me pergunto sempre: por que algumas pessoas idosas são tão valorizadas e tantas outras, ao contrário, depreciadas e até abandonadas por seus amigos e familiares? Por que alguns idosos continuam inseridos nos próprios grupos sociais e tantos outros quase expulsos ou efetivamente expulsos do meio em que sempre viveram? O número de asilos e o número dos que neles estão abandonados não deixa dúvidas quanto ao processo de marginalização do idoso.

Acredito que a explicação para tal fenômeno muitas vezes se encontre no próprio idoso. Creio que o idoso socialmente ajustado é aquele que se realizou como pessoa, no exercício de uma atividade por ele mesmo escolhida e, neste processo, obteve a aprovação de terceiros. A meu ver, o fato de a atividade, do ponto de vista moral, não ser a mais recomendável, tem importância menor no processo de reconhecimento dos que a exercem. Considere-se, por exemplo, o renome de certos bandidos e contraventores, entre seus pares.

Esta é uma hipótese a ser comprovada em estudos mais profundos e exatos. Mas, nos exemplos seguidamente citados (Picasso, João XXIII, Churchill e muitos outros) os fatores satisfação pessoal e reconhecimento de terceiros sempre podem ser identificados.

Isto, aliás, não é verdade apenas para os velhos. Também os jovens são reconhecidos a partir do sucesso alcançado em suas respectivas áreas de atuação e esquecidos quando nelas não logram manter o prestígio conquistado ou transferir o sucesso de uma área para outra também entendida como importante. Muitos velhos abandonados um dia foram aplaudidos por seus feitos.

As sugestões que se seguem são apresentadas com o intuito de garantir ao idoso as condições de que ele necessita para viver com dignidade e sentir-se realizado. É evidente que tais propostas são interdependentes, complementares umas às outras e são apresentadas de maneira resumida. São elas:

1 – Elaboração de uma Política Social Brasileira

O Brasil ainda não dispõe de uma Política Social que garanta a seus filhos o respeito às suas necessidades sociais básicas.



Alguns estudiosos do assunto defendem a conveniência de uma política social ampla e abrangente, que defina os direitos sociais de todos e considere os idosos como grupo integrante deste todo maior, embora com características e necessidades específicas. Entendem outros que, justamente em face das características deste grupo e frente à quase inexistência de medidas que garantam o respeito às necessidades próprias dos mais velhos, seria preferível definir uma política social específica para os idosos. Embora pessoalmente me sinta mais atraída pela primeira proposta, entendo a segunda também como válida, pois se ela vier a ser adotada, as medidas nela propostas poderão, no futuro, ser incorporadas a um trabalho mais amplo de Política Social Brasileira.

O mais importante parece ser a proposição de um conjunto de medidas coerentes e complementares umas às outras, que definam os direitos de todos, inclusive os dos idosos e sobretudo garantam o respeito de tais direitos. Igualmente importante é a indicação dos recursos e a definição dos métodos de trabalho adequados ao alcance de tais anseios.

A elaboração de uma política autêntica deve partir do esforço conjunto de diversos grupos e da ativa participação dos próprios idosos.

2 – Identificação dos cuidados adequados à prevenção do envelhecimento

A política social que vier a ser elaborada deve conter os cuidados necessários à prevenção do envelhecimento social.

Os aspectos lembrados nos primeiros capítulos desta apresentação referem-se apenas aos fatores que podem levar ao envelhecimento social ou para ele contribuir.

Existem medidas capazes de prevenir ou retardar o envelhecimento social? Creio que sim e, a meu ver, propostas de tratamento devem, antes, considerar tais medidas. Devem indicar as condições necessárias ao retardamento do envelhecimento social ou até aquelas em que ele possa não ocorrer, ou ocorrer de maneira menos sensível.

Em primeiro lugar, é importante lembrar os cuidados com a saúde física e mental. Os exercícios físicos, sobretudo quando praticados em grupo, favorecem o equilíbrio das funções biológicas e mentais dos que a eles se entregam regularmen-

te. O exercício praticado em companhia de outras pessoas exige a aproximação física, a cooperação, propiciando a emergência de laços de amizade.

A advertência válida neste caso refere-se à necessidade de acompanhamento médico. Algumas pessoas, sobretudo as atingidas por determinadas doenças, não devem praticar certos exercícios e o acompanhamento médico torna-se indispensável. Na realidade, porém, esta precaução deve ser tomada por todos.

Um segundo aspecto preventivo é o cultivo de amizades pessoais. A terceira idade é aquela fase em que o número de contemporâneos começa a diminuir. As gerações perdem seus representantes, novas famílias se formam e se afastam e a solidão é o destino de muitos.

A medida mais adequada para tal problema, de certa forma inevitável, é o cultivo de laços de amizade desde a mais tenra infância. Todos sabem que "homem nenhum é uma ilha", no entanto, muitos se esquecem de tal verdade. Deixam que o tempo se encarregue de enfraquecer os laços de amizade, não se preocupam em substituir amigos desaparecidos, não se interessam por ambientes novos e, finalmente, também são esquecidos por antigos companheiros. As amizades pessoais se constituem em excelente antídoto para o envelhecimento social.

A substituição de atividades laborativas por múltiplas e diferentes ocupações também é medida altamente recomendável. Durante o período dito produtivo é comum e até certo ponto normal que determinadas ocupações sejam prejudicadas pelas exigências do trabalho. Mas o idoso, principalmente o aposentado, é a pessoa que não mais trabalha e que, portanto, deve preencher seu tempo livre.

É muito salutar que o inevitável vazio criado com o ingresso na aposentadoria seja preenchido com a descoberta de novas atividades e novos interesses, desde que compatíveis com as reais possibilidades dos que a elas se entregam. Ficar desocupado é a mais negativa das soluções. O ócio leva ao tédio, ao desinteresse, ao isolamento, às atitudes neuróticas e neurotizantes. Em uma palavra, o ócio é um dos principais ingredientes do envelhecimento social.

O idoso precisa encontrar alguma coisa que o ocupe e o interesse. Alguma coisa à qual se entregue com alegria e entusiasmo. Algo em que se sin-

ta útil e que reverta em seu próprio benefício. Neste sentido, a participação em clubes e associações diversas é uma atitude saudável nesta fase da vida.

Finalmente, vale lembrar a importância e o significado das atividades culturais no cotidiano dos idosos. O declínio mental não acompanha necessariamente a diminuição das forças físicas. Ao contrário, a capacidade intelectual, porque mais trabalhada, muitas vezes se aprimora com o passar do tempo. É importante, assim, que o idoso fuja à velhice social, integrando-se em grupos que visam ao desenvolvimento de seus membros.

3 – Revisão dos sistemas de pensões e aposentadoria

A diversidade e a desigualdade dos sistemas de pensões e aposentadorias são responsáveis pela enorme discrepância dos recursos econômicos de pensionistas e aposentados. Que motivos determinam tais discrepâncias? Ninguém sabe responder a tão inocente pergunta. Não são raros os casos de pessoas que acreditavam que sua contribuição para os cofres da Previdência Social iria garantir-lhes uma aposentadoria compensadora. Diante da realidade, porém, viram-se forçados a procurar novo emprego porque a importância mensalmente creditada em suas contas bancárias não correspondia de maneira alguma, ao que, por lei, teriam direito.

E quando tais pessoas não encontram nova colocação, o que é comum, o único remédio é baixar o padrão de vida conquistado com esforço pessoal. Não são poucos os que retardam a própria aposentadoria para não sofrerem os dissabores enfrentados por amigos e antigos companheiros.

As autoridades brasileiras não podem mais ignorar as dificuldades de grande número de aposentados e pensionistas. A correção das desigualdades é uma questão de justiça e justiça não pode ser adiada no tempo. Mas o simples aumento das pensões e aposentadorias não é suficiente. Alguns aspectos da legislação devem ser revistos.

4 – Mobilização dos idosos para a participação em movimentos reivindicatórios

Paralelamente ao esforço de definição teórica de uma política social, é importante lembrar a necessidade de mobilização dos próprios idosos para participação em movimentos reivindicatórios.*

Dizer que o idoso nada pode fazer porque não tem a seu alcance a possibilidade de "greve" é argumento desgastado, que não deve prevalecer.

O idoso não pode fazer greve, é verdade, mas tem a seu alcance outros recursos para levar suas reivindicações a quem de direito. O idoso pode e deve votar naqueles candidatos que se comprometam a lutar por seus direitos.

Depois de eleger seus representantes, o idoso pode e deve cobrar o cumprimento dos compromissos assumidos durante as campanhas eleitorais; e se for o caso, o idoso ainda pode e deve cassar pelo não voto o mandato dos que não cumpriram os compromissos assumidos durante a campanha.

5 – Criação de recursos que possibilitem a permanência do idoso na própria comunidade

Neste sentido, é necessária uma revisão completa dos conceitos e valores adotados e defendidos por um significativo número de pessoas.

A sociedade reconhece e defende a necessidade de creches e escolas para crianças e, com razão, reivindica a instalação de tais recursos em zonas residenciais. A sociedade reivindica também a criação de serviços de saúde (preventivos e curativos), de oportunidades de trabalho, de recursos de lazer, etc. Existe um sentimento implícito de que os chamados "recursos comunitários", como o próprio nome indica, devam existir como parte integrante das diferentes comunidades e de que seus freqüentadores devam residir em suas próprias casas. A ninguém ocorreria a obrigatoriedade de os adeptos de determinada igreja nela residirem. Os internatos estão fora de moda e são aceitos apenas para crianças com reconhecidos

(*) A Assembléia Nacional Constituinte aprovou um artigo segundo o qual "compete ao Estado proteger o idoso". Seria muito mais adequado "garantir ao idoso o respeito a seus direitos".

problemas sociais. Muito menos, exceto em casos especialíssimos, se pode pensar em os empregados de uma empresa de produção nela permanecerem fora dos dias e horários de trabalho. Os serviços realizados fora do expediente recebem denominação especial: plantão, serão, horas extras, etc. O caráter de exceção de tais atividades é reconhecido sob a forma de pagamentos extras, folgas compensatórias e outras.

Mas, em relação à pessoa idosa, a segregação é entendida como solução para os problemas que decorrem do próprio fato de viver. E a segregação deve ocorrer em instituições que garantam, num único ambiente, a prestação de serviços antes procurados em diferentes locais. A solução para a velhice, no entender de muitos, é o asilamento. O assunto, por sua complexidade, será apresentado no próximo item. No momento, importa salientar a necessidade de as comunidades se equiparem com recursos que garantam aos idosos a possibilidade de continuarem vivendo no próprio ambiente social e humano que sempre freqüentaram. A relação de tais equipamentos seria longa e incompleta.

A título exemplificativo lembramos: os centros diurnos para o acolhimento de idosos para a prática de múltiplas atividades, inclusive as de cunho reivindicatório; os centros geriátricos, os serviços de saúde adequados a todos os grupos, inclusive os idosos; os serviços de atendimento domiciliar, etc. Tais serviços devem funcionar junto a serviços destinados a outros grupos. A idéia deve ser sempre a de manter o idoso no próprio meio.

Além dos equipamentos e serviços são necessárias medidas que garantam a utilização dos recursos comunitários por representantes de todos os grupos. É indispensável, por exemplo, que para o estabelecimento de padrões arquitetônicos mínimos, cuidados com os meios de transporte, com as regras de trânsito e outras medidas os próprios idosos sejam consultados.

6 – Substituição dos atuais asilos por casas de acolhimento

Conforme indicado no item anterior, o asilamento, embora entendido por muitos como a solução ideal e talvez a única para dificuldades comuns a pessoas idosas, na realidade apresenta um sem número de contra-indicações e inconvenientes. O que ressalta de imediato é o grande número de pessoas reunidas numa única entidade. Este fato, por si só, agrava situações sociais indesejáveis

e gera muitas outras. A segregação, o isolamento, a exigência de normas administrativas, a convivência apenas entre iguais, a diluição dos papéis são alguns exemplos de desvantagens encontradas nos asilos. No entanto, ainda hoje, as loterias administradas pela Caixa Econômica Federal convocam possíveis apostadores, prometendo em troca, a criação de creches e asilos.

É bom notar a dualidade de critérios: permanência diurna e transitória para crianças, diuturna e permanente para velhos. Mas o asilamento ou qualquer outra denominação que se dê às entidades que acolhem em regime de internato e nos moldes freqüentemente em vigor, significa a segregação do idoso em local reservado à permanência de pessoas do mesmo grupo etário.

Dizia-me orgulhosamente, um diretor de asilo: "Aqui, nossos velhos têm de tudo: casa, comida, roupa lavada, assistência médica e religiosa, lazer, tudo enfim; eles não precisam sair para nada". Um exercício, talvez divertido, fosse imaginar tal diretor na situação por ele entendida como adequada e, quem sabe, invejável para os seus "velhinhos", na realidade, "prisoneiros".

Uma das possíveis soluções para a situação dos asilados consiste simplesmente em dividir os grandes asilos em pequenas Casas de Acolhimento que permitam a permanência da clientela num sistema de vida semelhante ao adotado nas casas de família. As exigências administrativas ficam reduzidas às de compra de material, preparo de refeições, conservação de móveis e utensílios, etc. Os almoxarifados tornam-se dispensáveis, desaparecem as equipes dirigentes, as tarefas de administração de casa podem ser de competência dos próprios internos e os idosos continuam a procurar nas comunidades os demais serviços hoje oferecidos nos próprios asilos. Para serviços mais pesados é possível a contratação de domésticas, com os mesmos encargos e responsabilidade das que hoje trabalham em casas de família.

Entre as inúmeras vantagens que tal sistema pode oferecer é bom lembrar, entre outros, que ele sai mais barato e permite que o idoso continue vivendo em seu próprio meio.

Um argumento contrário a tal proposta e que merece atenção diz respeito ao fato de muitos idosos não apresentarem as condições mínimas para a vida em tal regime. É evidente que semelhante situação pode ocorrer e, para tais casos, o asilo

pode infelizmente tornar-se uma solução. Mas o sistema proposto pode reunir numa só casa pessoas mais velhas e menos idosas, como ocorre nas famílias, e, assim, pelo menos adiar o processo de internação.

É evidente que tal projeto não pode ser implantado da noite para o dia, mas progressivamente, depois de amadurecido, interpretado, discutido e cuidadosamente planejado. O importante é dar início a uma experiência que tem tudo para oferecer resultados compensadores.

7 – Treinamento de mão-de-obra especializada

Os idosos constituem um grupo com características próprias e específicas. Em consequência, o atendimento a tal grupo requer conhecimentos especializados.

O aproveitamento da mão-de-obra voluntária é medida aconselhável, desde que efetuado com a supervisão de profissionais competentes. Um dos principais riscos do trabalho voluntário no atendimento ao idoso parece ser a infantilização da clientela. Com freqüência, as pessoas de cuja boa vontade é impossível duvidar dispensam ao idoso um tratamento que o despersonaliza, o infantiliza e, por isso, favorece a emergência de comportamentos inadequados e prejudiciais à integração da pessoa idosa.

Os tratamentos infantilizantes se iniciam, muitas vezes, por apelidos tais como "velhinho", "velhinha", "vovô", "vovó" e, por vezes, culminam com formas claramente agressivas como "meu bebê", "meu nenem", "você agora é criança" e coisas parecidas. Tudo isso dificulta e até impede que o idoso mantenha os antigos padrões de convivência e, em última análise, favorece o envelhecimento social.

O treinamento pessoal especializado deve naturalmente incluir formas adequadas de atendimento ao idoso, uma relação honesta e verdadeira, na qual inexistente lugar para pieguices e infantilismos e exige a compreensão do significado profundo do envelhecimento.

Uma palavra deve ser acrescentada ao que foi dito sobre o tratamento dispensado ao idoso. Chamar uma pessoa mais velha de "vovô" ou "vovó" pode ser a forma adequada de procedimento para os verdadeiros netos de tal pessoa. Pode, ainda, ser a maneira adotada pelos amigos dos ne-

tos e para muitos idosos esse procedimento é entendido como forma carinhosa de os mais novos a eles se dirigirem.

O que não parece recomendável é a oficialização de tal procedimento. Entrar numa obra de idosos não significa perder a própria identidade, não implica virar o "vovô" ou a "vovó" de desconhecidos. A medida pode facilitar a vida dos que assim procedem, pois desta forma eles não precisam se dar ao luxo de decorar muitos nomes. Mas a generalização da medida é procedimento massificante e muitos idosos a ela se submetem por timidez ou receio de conseqüências colaterais desagradáveis.

8 – Aproveitamento de recursos sociais

Uma sugestão bastante freqüente mas ainda não suficientemente implementada é o aproveitamento de recursos já existentes para fins diversos daqueles para os quais foram originalmente criados. Em termos mais modernos, aproveitamento da capacidade ociosa dos recursos comunitários.

É espantoso verificar o vazio dos recreios escolares nos feriados e fins de semana, sem pensar nos prolongados períodos de férias escolares; é igualmente espantoso observar os diversos templos religiosos nos horários não destinados ao culto de diferentes credos. Também os clubes, locais específicos para o lazer de sua clientela, têm um fluxo de freqüência bastante previsível. Até mesmo os centros sociais, que são recursos mais modernos, parecem sujeitos a flutuações reguladas por costumes e tradições.

Os Centros Sociais Urbanos – CSUs, recém instalados em diversas partes do território nacional, podem e devem ser aproveitados como local para reunião de idosos. Em virtude de obrigações mais prementes de outros grupos, é comum que os CSUs, durante o dia, permaneçam vazios ou parcialmente ocupados. Este seria o horário ideal para o encontro de idosos, pessoas já desobrigadas de muitos deveres familiares e sociais, que poderiam preencher o vazio de suas vidas no encontro com outras.

Não creio que os colégios e as igrejas seriam prejudicados em seus objetivos se, paralelamente às suas atividades específicas, pensassem em organizar alguma coisa para os que já não podem participar dos serviços normais de tais estabelecimentos.

Na França, os cinemas adotaram um sistema (facultativo) de oferecer significativo desconto no preço do ingresso de pessoas que alcançaram determinada idade. O sistema exige, apenas, a apresentação de carteira de identidade e funciona somente nas sessões vespertinas. Os resultados revelam-se vantajosos para os próprios idosos que se sentem estimulados a sair de casa e para os empresários que vêem aumentar a frequência a seus estabelecimentos. Além da evidente vantagem de gastar menos, os mais velhos têm a oportunidade de um divertimento sadio, em horário calmo e compatível com suas disponibilidades de tempo e suas forças físicas. Assim, não enfrentam as horas de trânsito mais intenso, desfrutam do conforto de conduções mais vazias, aproveitam que o dia está claro, as vitrines abertas, etc.

No que se refere ao aproveitamento dos locais de oração e salas de aula, o grande risco é a possibilidade de os programas se transformarem em serviços de pregação religiosa ou classe de estudo. Tais coisas, em si mesmas, nada têm de errado e podem muito bem integrar as diferentes formas de atendimento ao idoso. O risco mencionado é a obrigatoriedade do regime e também a exclusividade do processo. Não é raro que para tomar parte numa atividade entendida como interessante pelos que a procuram, seus possíveis adeptos precisem ouvir palestras proferidas e selecionadas pelos organizadores da programação.

9 – Reconhecimento da importância do lazer para o idoso

A infância é por excelência a idade lúdica. É a fase em que o "brincar" se confunde com o "viver". E é através do jogo que a criança cresce e se transforma em adulto. O que de melancólico talvez exista nos sistemas sociais ainda vigentes é o fato de os próprios adultos que através do jogo ajudaram a criança a crescer, com o passar do tempo, começarem a colocar entraves à atividade lúdica. A partir de uma época não fixada no calendário, o brincar deve ser substituído pelo estudar, como se o estudo não pudesse ser apresentado sob a forma lúdica. Pouco depois, chega o tempo de trabalhar e para muitos a idéia de continuar participando de atividades puramente recreativas é entendida como inadequada, fora de propósito.

Esta atitude para com a vida é muitas vezes responsável pela insatisfação e o mau humor de muitos adultos. O tempo de criança já passou; agora é trabalhar, trabalhar e trabalhar. Os que

adotam tal postura, e muitos o fazem, favorecem o próprio isolamento e caminham para uma velhice sem objetivos. Se o lazer é coisa de criança e os adultos devem trabalhar, o que resta para o aposentado? Qual a função do velho?

O lazer é importante para o idoso porque o idoso é justamente a pessoa que ultrapassou a fase em que o trabalho ocupa grande parte do tempo ou a maior parte do tempo.

A idéia de que, a partir de certa idade, certas coisas não devem mais ser feitas precisa ser revista, sobretudo pelos que já chegaram a tal idade. E qual será a idade? De modo geral, e com as necessárias reservas, talvez seja possível dizer: em termos de comportamento pessoal, o que não deve ser feito depois de "uma certa idade" simplesmente não deve ser feito em idade alguma.

Mas esse discurso parece já haver conquistado um significativo número de adeptos e, de certa forma, uma posição inversa começa a ganhar corpo. Durante algum tempo vigorou a idéia de que "a pessoa idosa não deve dançar; não fica bem, dança é coisa de jovem, etc". Mas agora descobriu-se que os velhos sabem dançar e gostam de dançar. E a dança tornou-se uma atividade quase única e obrigatória de muitos grupos da chamada terceira idade.

Certa vez visitei um centro para idosos com uma sala reservada à dança e na qual se dançava o dia inteiro. Eu disse "o dia inteiro" e era isso mesmo, o dia inteiro. E os velhos gostavam do que faziam e quando um técnico de TV registrou a programação, não foram poucos os que procuravam aproximar-se das câmaras.

O lazer é importante para o idoso, a dança em si mesma nada tem de mal. Ao contrário, tem aspectos muito positivos como exercício físico, a aproximação entre pessoas de sexo diferente, um positivo caráter erótico, etc. Mas um centro de atendimento a idosos que mantém um local para danças, funcionando ininterruptamente, precisa rever sua programação. A estafa física de tal procedimento é apenas um dos aspectos negativos a ser considerado. A eterna prática de uma única atividade é um procedimento neurotizante e empobrecedor. Quem atende uma clientela com o objetivo de ajudá-la a crescer deve preocupar-se em oferecer-lhe múltiplas possibilidades de caminhar em busca deste objetivo. Qualquer pessoa de qualquer idade que passe os dias repetindo as

mesmas coisas, quaisquer que sejam elas, está caminhando no sentido oposto ao pretendido pelos serviços de atendimento às necessidades sociais de determinada clientela.

A dança é uma atividade válida e deve ser oferecida aos idosos. Mas a dança não é a única atividade adequada à satisfação das necessidades sociais dos idosos. Aos que se interessam pelo assunto, assiste a responsabilidade de descobrir e eventualmente inventar outros tipos de ocupação igualmente válidos e adequados.

10 – Organização de programas que favoreçam a aproximação de diversos grupos etários

É freqüente a idéia de grupos de idosos integrados apenas por representantes de pessoas mais velhas. A medida em si é perfeitamente válida. Os idosos foram jovens na mesma época, vivenciaram os mesmos costumes, acompanharam a descoberta das mesmas coisas e começaram a usufruir progressos ao mesmo tempo. A contemporaneidade das experiências facilita a troca de impressões e lembranças. Há pouco tempo, ouvi uma senhora comentando: "quando começou a aparecer essa história de rádio era uma coisa espantosa...". Nos dias atuais, o rádio faz parte do cotidiano e o espantoso seria ver passar um bonde pelas principais avenidas de qualquer cidade. No entanto, houve um tempo, não muito distante, em que se estudava a possibilidade de invenção do rádio e é muito provável que conversas sobre o assunto tenham ocorrido entre os passageiros dos bondes que atravessavam as principais avenidas de suas cidades.

A proximidade de pessoas com experiências assemelhadas é útil e proveitosa. Elas podem recordar juntas aquele tempo que vai longe, podem relembrar experiências apagadas com o passar dos anos, podem reviver acontecimentos agradáveis ou aumentar os desagradáveis, podem preencher lacunas criadas com o natural declínio da memória. Em resumo, podem reviver o passado e, de certa forma, reencontrar a mocidade perdida.

Mas é comum que o próprio fato de lembrar o passado sirva para reavivar lembranças desagradáveis, cujas marcas haviam sido arrefecidas pelo tempo.

Este é um dos aspectos que justifica e indica a conveniência de grupos heterogêneos. Os jovens

se interessam pelas experiências vividas por seus antepassados mas querem saber, sobretudo, como era a vida em outros tempos, os tempos da "antiguidade". Uma criança de aproximadamente sete anos mostrou-se surpreendida ao tomar conhecimento do tempo em que não existiam trens, automóveis, ônibus, aviões, elevadores, fogões a gás, enfim, tudo o que faz parte do cotidiano atual. Assustada, perguntou ao pai: "Como é que as pessoas viviam?" É para satisfazer indagações desse tipo que o convívio entre gerações pode ser extremamente rico e valioso. Os idosos podem abrir o baú das recordações e de lá retirar lembranças aos poucos relegadas ao esquecimento: o casamento de fulano, a chegada de beltrano, um baile de formatura, o bolo de não sei quem, o circo de cavalinhos, as receitas de doce, os sistemas de namoro e noivado, as fogueiras de São João, os corsos de carnaval... Quantas coisas diferentes podem ser recordadas por uns e aprendidas por outros!

Além dos aspectos, por assim dizer, culturais, mas não menos interessantes, existem vantagens práticas e concretas. Com o passar do tempo a pessoa idosa, pelo próprio fato de estar envelhecendo, vai aos poucos perdendo as condições físicas indispensáveis ao exercício de determinadas atividades, das mais simples às mais complexas. E a ajuda dos que ainda não envelheceram pode tornar-se indispensável aos atos de vestir, andar, pentear, sentar e tantos outros. Pode parecer que o idoso seja o único beneficiário dos cuidados oferecidos pelos jovens. Ledo engano. Os que aprendem a ajudar, aprendem como serão no futuro, aprendem a respeitar os mais velhos, aprendem esta coisa atualmente tão em voga que é a solidariedade humana.

CONCLUSÃO

As dez propostas apresentadas certamente não esgotam a matéria. Elas devem ser desdobradas e enriquecidas com muitas outras. O mais importante parece ser uma atitude de incorformismo com a atual situação. É preciso tentar novos procedimentos. É igualmente necessário compreender que todos eles devem ser constantemente avaliados e, se necessário, revistos. Nada pode ser entendido como definitivo. A vida é dinâmica e dinâmicos devem ser os procedimentos de satisfação das necessidades de nossa humana existência.

Programa de Preparação para a Aposentadoria

INTRODUÇÃO

Este documento é o resultado de uma experiência realizada em 1980, no Centro Cultural e Desportivo "Carlos de Souza Nazareth" do SESC de São Paulo.

Apesar de o evento ter ocorrido há alguns anos, não deixa de ser oportuna sua publicação, pois se trata de um modelo que pode ser aplicado ainda hoje dentro de qualquer realidade institucional.

MARIA TEREZA LA MACCHIA

Assistente Social
Assistente Técnica do
SESC-Vila Nova/DR-SP

OSVALDO GONÇALVES DA SILVA

Sociólogo e Gerontólogo
Assistente Técnico do SESC/DR-SP

A

preparação para a aposentadoria é uma questão muito complexa, tornando-se difícil uma programação, devido aos aspectos múltiplos que incidem sobre essa situação de desvinculação profissional.

Nos estudos realizados em vários países para a implantação de programas nesta área não se chegou a conhecer, precisamente, a existência de um interesse, por parte dos trabalhadores, de se prepararem para a aposentadoria. Isto se deve ao fato de serem diferentes os tipos de ocupações, os níveis sociais e culturais, bem como o posicionamento diversificado dos indivíduos na iminência de se aposentarem.

Assim, aqueles que desejam ansiosamente a aposentadoria, não possuem planos; e aqueles que têm planos, já de certa forma definidos, recebem este momento.

Essa constatação, contudo, não justifica uma acomodação e nem invalida a idéia de se projetar alguma tentativa nesse sentido. Fundamentado nesta linha de pensamento, o Centro Cultural e Desportivo "Carlos de Souza Nazareth", assessorado pelo Centro de Estudos da Terceira Idade, hoje, Gerência de Estudos do Lazer e da Terceira Idade do SESC de São Paulo desenvolveu, de outubro a dezembro de 1980, um Programa-Piloto de Preparação para a Aposentadoria, como uma me-

didática preventiva nesta fase da existência em que vários problemas começam a aflorar ante a expectativa de uma vida diferente.

SITUAÇÃO DO IDOSO EM FACE DA APOSENTADORIA

O mundo do trabalho tem-se preocupado seriamente com os problemas dos trabalhadores quando da passagem para a inatividade, em face do número de indivíduos atingidos pela aposentadoria e tendo uma esperança de vida cada vez mais longa.

Justifica-se essa preocupação pelo fato de, ao deixar para sempre a vida profissional, ocorrer uma série de modificações profundas no modo de viver das pessoas, tais como: a redução dos rendimentos da aposentadoria, em comparação com os dos anos de atividade; o rompimento das relações e a ausência de satisfações oriundas do meio profissional que se abandonou.

Acresce o fato de que a sociedade, ante o processo de envelhecimento, assume, quase sempre, um comportamento preconceituoso em relação ao idoso, impingindo-lhe a imagem de um ser improdutivo, decadente e superado.

É a segregação etária, cujos efeitos se fazem sentir de imediato pela significativa dificuldade de se encontrar emprego a partir dos 40 anos, uma vez que os jovens são preferidos no mercado de

trabalho. Deste modo, a sociedade impulsiona o idoso para a inatividade, com ou sem aposentadoria.

O trabalho, portanto, constituindo o centro principal de interesses dos indivíduos, a base de sua subsistência econômica, bem como o sustentáculo da sociedade, estabelece uma escala de valores que condicionam o posicionamento das pessoas em relação a si mesmas, aos outros e em relação à própria sociedade em que vive.

Assim, certas atitudes como, por exemplo, a escolha das amizades e do local de residência, a participação em grupos, principalmente nos grandes centros urbanos, resultam dessa proximidade física e psicológica que as relações de trabalho produzem entre os trabalhadores.

Os próprios interesses culturais e sociais são, também, geralmente compartilhados pelas pessoas que se encontram num mesmo campo de atividade profissional.

O trabalho como base para a subsistência econômica dos indivíduos e da sociedade como um todo, traz várias implicações: a escolha da atividade profissional, que está condicionada à valorização econômica e social do próprio trabalho; as limitações do mercado de trabalho que inibem e até impedem a experimentação de opções profissionais diferentes; a dedicação de todo o tempo disponível, visando o aumento de renda, dadas as

necessidades de consumo.

A influência do trabalho-produção sobre todos os sistemas e instituições sociais, de modo especial sobre a educação, reforça a ideologia do trabalho como símbolo e causa de "status", de prestígio e de integração social, estimulando nos indivíduos apenas as tendências pessoais mais valorizadas pelo mercado de trabalho.

Por isso, os próprios programas de Educação Permanente, principalmente aqueles que se fundamentam na prática do lazer, ainda possuem, no nosso meio, alcance social limitado e enfatizam, muitas vezes, apenas as funções de recuperação do indivíduo para o trabalho.

Além disso, as atividades de lazer promovidas dentro dessa perspectiva estão ligadas mais às faixas etárias jovens, afastando, portanto, os idosos de sua participação.

Os reflexos dessa situação se fazem sentir de imediato, com o advento da aposentadoria.

Assim, é evidente que, com a passagem para a inatividade, o relacionamento e o convívio grupal, construídos a partir do trabalho, se tornam menos consistentes e se diluem mesmo por completo, em virtude do distanciamento provocado pela desvinculação profissional e da ausência de outra estrutura de vida que assegure a substituição dessas formas de associativismo.

O esvaziamento profissional e social pela perda gradual dos papéis e funções que conferiam certa identidade ao indivíduo levam o aposentado a refugiar-se no isolamento como uma forma de se proteger contra um ambiente que lhe parece demasiado hostil.

A este isolamento quase sempre se segue a marginalização, por causa das atitudes discriminatórias entre os indivíduos que estão em atividade e aqueles que delas já se afastaram e, também, por causa de falta de estímulos e oportunidades para o aprendizado de atividades criativas, objetivando a ocupação do tempo liberado pela aposentadoria.

Embora uma sociedade organizada possa ajudar, de diversas maneiras, as pessoas idosas nesse processo de adaptação, o que é feito nesse sentido fica fragmentado e carece de coordenação.

No Brasil, frente a essa situação geradora de

inúmeros problemas, a partir de 1976, o Governo, através do Ministério da Previdência e Assistência Social, decidiu tomar uma posição consciente.

Após a realização de vários seminários regionais, foram levantados dados e informações que permitiram visualizar melhor a situação do idoso no território nacional, constituindo essa iniciativa o marco decisivo para uma reflexão mais profunda sobre essa questão e o ponto de partida para a definição de uma linha de trabalho centrada em uma política social efetiva para a velhice, política essa que vem se aperfeiçoando paulatinamente.

O SESC, por sua vez, há mais de uma década vem procurando, de maneira positiva, sensibilizar a comunidade em relação à situação da pessoa idosa na sociedade brasileira.

Desde a idéia germinadora desse trabalho social com a terceira idade, quando da viagem de seus técnicos aos EUA, em 1962, longo caminho foi percorrido e uma vasta experiência acumulada.

Dessa forma, os conhecimentos adquiridos permitiram à entidade intensificar sua ação e, ao mesmo tempo, reunir grande acervo de documentos para uma valiosa contribuição a todos que se interessam por essa questão social.

As primeiras experiências se concretizaram na implantação dos Centros de Convivência para Idosos, como uma resposta imediata ao problema fundamental do idoso, ou seja, o isolamento social.

Com efeito, nesses Centros a tônica é a proposta de ocupação do tempo livre com atividades de lazer, em diferentes campos de interesse: intelectual, cultural, físico, manual e artístico, além de favorecer o contato interpessoal e grupal que constituem a maior fonte de suas aspirações.

Mais recentemente, o SESC lançou outro projeto – Escola Aberta da Terceira Idade – com o objetivo de manter o idoso informado sobre o que acontece no mundo que o cerca.

Desenvolvendo um programa básico de interesse das pessoas, em qualquer parte do mundo, as Escolas Abertas não excluem a possibilidade de variações, dependendo das características da clientela e da disponibilidade de equipamentos e recursos locais.

O sucesso alcançado por esses dois projetos dirigidos especialmente aos aposentados, e a necessidade de se antecipar aos problemas que surgem nessa passagem para a inatividade, foram os fatores decisivos que levaram a entidade a ampliar mais sua ação junto aos idosos, procurando atingir, desta feita, aqueles que se acham prestes a aposentar-se.

Elaborou-se então um programa – Preparação para Aposentadoria – cuja operacionalização obedeceu os seguintes passos:

1 – Abordagem da Clientela

A abordagem dirigida à clientela foi bastante diversificada: contatos pessoais com empresas de grande e médio porte, bem como com 3 sindicatos de classe, visando: obter informações sobre o tratamento dado aos empregados prestes a aposentar-se; o conhecimento do percentual de aposentadorias; levar a proposta de trabalho.

Resultados: nas 17 empresas contatadas foram levantados os seguintes dados de verificação: o reconhecimento do alcance social do programa; a existência de plano complementar de benefícios em quase todas as empresas, de tal modo que os aposentados têm suplementação de salário e continuam a usufruir dos mesmos benefícios (como se o problema financeiro fosse o único e não um dos que devem ser levados em conta!); a constatação de que a maioria dos “Aposentáveis” pertenciam ao escalão superior da empresa e são readmitidos e continuam ativos, ou se aposentam com altos salários, não existindo, no momento, nenhum funcionário prestes a se aposentar pertencente aos escalões médio e inferior.

Nos sindicatos apresentou-se uma situação semelhante, isto é, em contato com a seção de benefícios, verificou-se a inexistência de associados em fase de pré-aposentadoria.

Ante essas dificuldades de nucleação de um grupo experimental, a divulgação foi ampliada, mudando-se, igualmente, a estratégia de abordagem.

Através de folheto impresso e carta-circular contendo os objetivos, o conteúdo e o significado social do programa, procurou-se contatar o maior número possível de empresas – num total de 176 – que, por sua natureza e porte, apresentam um contingente de trabalhadores mais estáveis, o que possibilitaria atingir, mais facilmente, a clientela

visada.

Concomitantemente, veiculou-se mais detalhadamente a mesma proposta de trabalho, através de jornais.

Os resultados foram imediatos, tendo comparecido 87 pessoas; após a primeira reunião, 65,51% desistiram, permanecendo, portanto, 57 pessoas, com as quais foi iniciado o trabalho.

2 – Caracterização do Grupo

O grupo apresentou as seguintes características:

SEXO

Masculino	49,21%
Feminino	50,88%

FAIXA ETÁRIA

De 40 a 50 anos	22,81%
De 51 a 60 anos	49,21%
De 61 a 70 anos	22,81%
De 71 a 75 anos	5,26%

ESTADO CIVIL

Casados	63,15%
Solteiros	14,04%
Viúvos	14,04%
Desquitados	8,77%

ESCOLARIDADE

Primário Incompleto	–
Primário Completo	12,28%
Secundário Incompleto	5,26%
Secundário Completo	49,13%
Superior Incompleto	8,77%
Superior Completo	24,56%

SITUAÇÃO PROFISSIONAL

Em atividade	56,14%
Aposentados	24,56%
Auxílio-doença	7,02%
"Aposentandos"	5,26%
Do lar	5,26%
Desempregados	1,76%

FAIXA SALARIAL

Até 1 salário mínimo	1,76%
De 1 a 3 salários mínimos	12,28%
De 3 a 5 salários mínimos	24,56%
De 5 a 10 salários mínimos	28,06%
De 10 a 15 salários mínimos	12,28%
De 15 a 20 salários mínimos	3,51%
Acima de 20 salários mínimos	1,76%
Não declaram	8,77%
Do lar	5,26%
Desempregados	1,76%

GRUPO COABITANTE

+ Cônjuge	26,30%
+ Cônjuge + filhos	29,82%
+ Cônjuge + parentes	14,04%
+ Filhos	10,53%
+ Filhos + parentes	8,77%
+ Mãe	1,76%
+ Irmãos	5,26%
+ Menor protegido	1,76%
Vive só	1,76%

PROCEDÊNCIA

Estado de São Paulo	61,40%
Outros Estados	21,05%
Outros Países	17,55%

Quanto à saúde, 52,63% declararam ter boa saúde; 47,37% apresentavam problemas vários, com incidência maior de hipertensão.

Entre os ativos profissionalmente, 37,84% pertenciam ao serviço público, executando atividades (inclusive em nível de chefia e direção) em setores administrativos e no magistério.

3 - Levantamento das expectativas

Os dados obtidos junto ao grupo revelaram que os indivíduos, nesta fase da vida, "flutuam", realmente, sem saber o que fazer, ou seja, acham-se totalmente despreparados para as mudanças profundas que irão ocorrer em função da ruptura da vida profissional. É o que se depreende das respostas catalogadas abaixo e que podem ser agrupadas em 4 categorias de interesse:

3.1 - Interesses gerais:

- abertura de novos horizontes para a nova fase da vida;
- saber como começar uma vida nova que nos parece cheia de atrativos;
- saber como viver bem, na qualidade de aposentados;
- replanejar a vida;
- aprender a bem aproveitar o tempo disponível;
- esclarecimentos quanto à conduta a ser adotada após a aposentadoria;
- verificar os aspectos que surgem após a aposentadoria, que possam afetar o aposentado;
- preparo para o futuro;
- reprogramar a vida;
- fazer algo diferente para ocupar o tempo livre da aposentadoria;
- informações quanto à problemática do aposentado;
- ser orientado quanto aos aspectos financeiros da aposentadoria;
- conhecer os aspectos legais (previdenciários) da aposentadoria.

- 3.2 – Interesses específicos:
- busca de convivência com outras pessoas;
 - fazer amizades e trocar informações;
 - integração em grupos de atividades culturais e de lazer;
 - encontrar um ambiente de comunicação entre pessoas da mesma idade;
 - aprender a desenvolver atividades no tempo livre da aposentadoria.

- 3.3 – Interesses relativos a problemas muito pessoais:
- preencher o vazio por ser muito só;
 - procurar solucionar o problema do subemprego, sendo absorvido como mão-de-obra;
 - a procura de uma saída do estado atual de angústia e depressão por ter sido despedido inesperadamente de um emprego onde ocupava cargo de confiança.

- 3.4 – Interesses de ordem técnico-profissionais:
- maior atualização em assuntos relacionados à gerontologia;
 - maior conhecimento dos problemas da velhice para melhor desempenho junto a grupos de idosos.

Ante essa situação, depara-se com um quadro de necessidades que se resume em:

1) Informar os pré-aposentados sobre o futuro estilo de vida que os aguarda, no que diz respeito à saúde física e mental, bem como seu posicionamento perante o fenômeno da velhice;

2) Possibilitar-lhes a exploração de todas as suas potencialidades, no sentido de que suas expectativas, ainda que realistas, sejam positivas quanto a seu novo status e nova identidade;

3) Ampliar-lhes as possibilidades de adaptação, em face do leque de opções que se oferecem para um planejamento antecipado e adequado de suas vidas após o afastamento do ciclo produtivo. Destaque-se a Educação Permanente como alternativa ao rígido modelo sócio-econômico e, conseqüentemente, como uma medida para se evitar os desajustes psicossociais, o isolamento e a marginalização social.

VALORES DO SESC

Tendo como pressuposto e diretriz básica de sua ação o processo de educação informal e permanente, o SESC, no seu trabalho com idosos, objetiva sempre o aperfeiçoamento e atualização

dessa faixa etária frente às alterações do seu meio sócio-cultural, com muito maior empenho pelo fato de se tratar de uma clientela com dificuldades bem caracterizadas quanto à sua participação social.

O incentivo à nucleação de grupos de idosos através do lazer, enquanto instrumento sócio-educativo de participação social, tem pautado a atuação da entidade.

Nesse sentido, o "lazer para a pessoa idosa não pode ser encarado como um substitutivo das ocupações exercidas anteriormente, mas sim como atividades que trazem satisfações e que, por sua prática, possibilitam ao velho continuar participando de seu meio social mais próximo, nele encontrando novos papéis vivenciais" (Marcelo Antonio Salgado – Um trabalho social com idosos, pg. 7).

Assim, ao deixar o mundo do trabalho, o idoso tem condições de redimensionar a sua perspectiva de mundo, pela participação em atividades que lhe permitam incorporar novas ocupações e papéis, conferindo um novo sentido à vida, pelo aproveitamento produtivo. O SESC, entendendo que sua atuação deve estabelecer-se em nível promocional e preventivo, no sentido de se procurar atenuar o processo de marginalização do idoso e considerando, também, que a valorização do indivíduo dessa faixa etária só será possível mediante uma postura crítica perante os acontecimentos que o circundam, procura propiciar-lhe uma reciclagem que o leve à conscientização de seu poder de transformar a imagem que a sociedade lhe criou, assumindo comportamentos positivos e atuantes que o coloquem em nível paritário com seus semelhantes.

Essa metodologia, definida em termos de uma orientação para o desenvolvimento global da pessoa idosa, representa, outrossim, uma estratégia capaz de lhe dar condições para sua reconciliação com o meio que lhe é contemporâneo, sem maiores conflitos no seu relacionamento com outras gerações.

OBJETIVOS E MEIOS

A estruturação do programa levou em consideração tanto o próprio objetivo a que se propôs, isto é, levar os participantes a uma reflexão sobre os problemas que mais os afetam, como as expectativas do grupo, expectativas essas levantadas em

entrevistas individuais, no ato da inscrição.

Assim foi definido o programa:

- Aspectos biológicos do envelhecimento
- Aspectos psicossociais do envelhecimento
- Lazer e aposentadoria
- Previdência Social

Justificativas: os aspectos biológicos e psicossociais do envelhecimento se impõem em qualquer programação desse gênero, porque os problemas de saúde e adaptação se constituem nos pontos mais vulneráveis na velhice.

O trabalho, geralmente, absorve o tempo das pessoas após a sua escolarização; por esse motivo, julgou-se necessário abordar a questão de como ocupar o tempo livre conquistado definitivamente pela aposentadoria.

De imprescindível importância são os conhecimentos relativos à legislação previdenciária, para o planejamento da vida do aposentado.

Em linhas gerais, foi esse o conteúdo dos vários enfoques:

- Nos aspectos biológicos, partindo-se de dados científicos, as informações versam sobre os cuidados necessários para se conviver com a idade, como consequência de mutações biológicas e, portanto, das perdas orgânicas, do desgaste físico provocado pelos anos vividos.

É, desta forma, imprescindível a introdução de elementos relativos à nutrição, além da colocação de questões que definam as condições naturais e as patológicas do processo de envelhecimento, para se saber o que é irreversível e o que pode ser evitado.

- Aos aspectos psicossociais estão afetos os problemas de adaptação à velhice que, nesse particular, faz sentir seus efeitos a partir da aposentadoria. Os temas desenvolvidos visam "situar" o aposentado na realidade do seu novo mundo que, apesar de desligado dos valores da produção, encerra outras motivações capazes de restabelecer o equilíbrio psíquico e social, alterado com as desilusões e frustrações, por ocasião de sua retirada do mercado de trabalho.

Sem dúvida, as reações do idoso em face de uma estrutura de vida que lhe é imposta, varia de grupo para grupo e de acordo com a natureza de cada um. Para a grande maioria, contudo, consti-

tui-se num problema de difícil superação a questão de como utilizar o tempo livre, após a aposentadoria.

É sabido que nesse período há grande incidência de moléstias e mesmo mortes sem antecedentes prováveis, relacionadas ao isolamento em que o idoso se refugia para escapar ao ambiente hostil que encontra na sociedade, pela redução de suas interações sociais. Daí a necessidade de motivar o idoso nessa fase da vida, para impedir que os sentimentos de inutilidade e a solidão o levem a uma concepção negativa da velhice.

- Aposentadoria e Lazer - a ocupação do tempo livre "definitivamente conquistado" pela aposentadoria é, como já se disse, o grande problema do idoso após a parada profissional. O lazer surge como a forma de reocupar esse tempo maior e isento de qualquer vinculação com o trabalho.

Se para o idoso aposentado o lazer já não se coloca como um tempo de recuperação psicossomática, ele representa um esforço para manter o equilíbrio e a vontade de viver num momento em que, normalmente, se processa um mecanismo de depreciação pessoal. Ao mesmo tempo, ajuda-o a descobrir outras formas vivenciais, novos papéis e nova identidade social.

Necessária se faz, portanto, uma educação para o lazer, no sentido de que seus valores sejam interpretados dentro de uma óptica descompromissada com o sistema de valores do trabalho como expressão máxima da vida humana.

Para a mobilização dessa faixa etária em termos de participação em atividades de lazer, há questões que transcendem os objetivos dessa educação específica, tais como as condições de saúde e a situação econômica precárias, a disponibilidade e adaptação dos equipamentos de lazer que se situam a nível de uma política mais ampla, com implicações em todo o sistema social.

Os enfoques da programação devem fornecer subsídios suficientes para desinibir e estimular o idoso na busca de um associativismo que o integre novamente no meio em que vive.

- Previdência Social - o replanejamento financeiro é a maior preocupação daquele que se vê, bruscamente, sem a ocupação que lhe garantia os meios de sobrevivência, dentro de um padrão de vida já consolidado.

Conhecendo antecipadamente seus direitos como contribuinte da Previdência, poder-se-à definir, com antecedência, a reformulação do orçamento familiar, atenuando-se um possível choque decorrente da diminuição do poder aquisitivo.

Nesse sentido, as pessoas são orientadas sobre os procedimentos burocráticos necessários à obtenção da aposentadoria, bem como quanto aos diversos dispositivos legais que fundamentam seus direitos.

Em resumo, procura-se, através dessas diferentes informações, levar o pré-aposentado a assumir, com antecipação, esse momento decisivo para recompor sua existência.

As palestras foram precedidas de um encontro, onde foram utilizadas técnicas de Dinâmica de Grupo com as pessoas envolvidas na programação, para que se conhecessem e se integrassem em um processo de interação maior, facilitando a colocação e discussão de problemas e interesses comuns.

E, no final dos debates, foi solicitado aos participantes que fizessem uma avaliação por escrito, de acordo com um roteiro pré-estabelecido, das atividades desenvolvidas, permitindo-se assim um confronto com as expectativas já conhecidas.

RESULTADOS

Através do roteiro de avaliação chegou-se a alguns resultados significativos:

1) Dos 57 inscritos, quatro não compareceram às palestras, alegando dificuldades em se ausentar de suas atividades profissionais. Os 53 restantes, no cômputo geral, apresentaram um índice de frequência da ordem de 80%, considerando-se a média de 42 pessoas em cada uma das palestras.

2) Em termos globais, as palestras tiveram grande aceitação e foram ao encontro dos interesses da maioria, conforme a porcentagem expressa em conceitos – que variavam de ruim a ótimo – como segue: ótimo: 48,89%; bom: 30%; regular: 7,41%; ruim: 0,37%; ausências: 13,33%, ou seja, pessoas que assistiram a uma ou outra palestra, não tendo condições de avaliar o conjunto.

3) Quanto às expectativas do grupo, 75,56% responderam que os encontros corresponderam plenamente, enquanto que para 24,44% apenas em

parte. Grande parte manifestou o desejo de obter maiores informações, bem como o aprofundamento das questões relativas à Previdência Social, às ocupações para idosos aposentados, ao choque na passagem da vida ativa para a inatividade, às relações entre lazer e aposentadoria e às atividades do SESC, em geral.

Outros se dispuseram a formar um grupo, que deveria reunir-se mais freqüentemente, sob a orientação de uma psicóloga, utilizando as técnicas de dinâmica de grupo ou abordando outros assuntos como, por exemplo, a preparação para a aceitação da morte, a vida sexual na terceira idade, etc.

4) Todos sentiram a necessidade de continuar os encontros, abordando outros assuntos que consideravam de importância vital, não só para sua reciclagem cultural mas também para sua orientação em termos de replanejamento de vida. Além disso, a descoberta de algumas atividades de lazer acenou como uma maneira de substituir um espaço social e de prevenção de sua marginalização.

Destaca-se a preocupação de todos em descobrir um meio de não sofrer uma defasagem muito grande, sob o ponto de vista financeiro, ante a perspectiva de uma aposentadoria insignificante dentro de um contexto sócio-econômico onde o salário é corroído pela inflação.

5) Em função da avaliação, dentro das propostas do grupo, programou-se a segunda fase do encontro.

A primeira atividade constou de uma visita ao Centro Campestre do SESC, onde os participantes tiveram a oportunidade de presenciar várias programações de lazer sócio-cultural e tomar conhecimento da importância dessas atividades na educação e socialização do ser humano, seja qual for o estágio de sua existência.

O passo seguinte consistiu em se programar duas mesas-redondas: a primeira composta por um gerente de Relações Humanas de uma empresa, por um dirigente sindical, um médico geriatra e um chefe de setor de benefícios de um sindicato de classe. Nessa mesa-redonda abordou-se o tema: "A Empresa e o Pré-Aposentado"

A segunda mesa-redonda versou sobre o "Equilíbrio Sexual na Terceira Idade" e teve as pre-

senças de uma sexóloga, uma assistente social, um médico e um psiquiatra.

Evidentemente, vários assuntos ficaram em aberto: A Política Social para Velhice; o Problema do Desemprego; A insuficiência das Aposentadorias; As Barreiras que impedem a Participação do Idoso na Sociedade Atual etc., alguns dos temas que os participantes suscitaram para posteriores debates.

No encerramento do programa foi promovido o entrosamento dos participantes com idosos do Grupo de Convivência e da Escola Aberta da Terceira Idade do Centro Cultural e Desportivo "Carlos e Souza Nazareth".

Como era de se esperar, o volume de informações e a descoberta de várias opções para a ocupação do tempo livre após a aposentadoria, levaram alguns a se integrar imediatamente no referido Grupo de Convivência ou a se matricular na Escola Aberta da Terceira Idade.

Outros, impedidos de participar sistematicamente das programações habituais oferecidas pelo SESC, por causa de suas atividades profissionais, mostraram-se interessados em acompa-

nhar os próximos encontros de preparação para a aposentadoria.

Graças à cobertura da imprensa o trabalho, que não tinha pretensão tão ampla, repercutiu favoravelmente no meio profissional, despertando algumas empresas para uma mobilização semelhante junto a seus funcionários, respaldadas na experiência do SESC.

Para os técnicos envolvidos na atividade, ficou a certeza de que são grandes os anseios da clientela, restando ainda um longo caminho a ser percorrido.

Evidenciou-se, também, a necessidade de se repensar o programa no sentido de uma reformulação que permita uma adequação melhor entre as propostas teóricas e sua viabilização prática.

De modo geral, contudo, a experiência configurou-se como bastante válida, pois, além de atingir satisfatoriamente seus objetivos primordiais, propiciou o feed-back necessário para um aprofundamento do conteúdo programático e uma fundamentação mais sólida das técnicas operacionais das futuras programações.



Programa de reflexão sobre Aposentadoria

A adaptação do trabalhador ao seu novo ritmo de vida, após a aposentadoria, deve ser o objetivo de qualquer programa junto ao pré-aposentado, na busca de alternativas para ocupar o seu tempo livre sensivelmente aumentado.

NESTOR DOS SANTOS SARAGIOTTO

Advogado
Gerente da Divisão de Gestão de
Pessoal da CPFL

MARIA LÚCIA BOTELHO LOT

Assistente Social
Coordenadora da Área de
Administração Previdenciária da
CPFL

P

reocupar-se com a vida pós-trabalho de seus empregados sempre foi uma constante na Companhia Paulista de Força e Luz. Entretanto, essa preocupação sempre se definiu, por oferecer àqueles em condições de aposentadoria uma determinada importância em dinheiro que em algumas situações chegava até vinte salários do empregado.

Apesar desse esforço e reconhecimento, por parte da Empresa, nossos empregados, depois de aposentados, apresentavam-se ainda tristes e infelizes. Foi através dessa constatação que em 1983, por iniciativa da própria Empresa, desenvolvemos o I Encontro de Pré-aposentados, marco de nossa experiência. Contamos com a participação de duzentos e cinquenta empregados, sendo que o evento revestiu-se exclusivamente de reivindicações trabalhistas, não atingindo portanto, os objetivos traçados.

Procuramos repensar o trabalho, e o Programa de Reflexão sobre a Aposentadoria – PRA, denominado inicialmente de Programa de Preparação para a Aposentadoria, foi implantado em 1985 pela COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ, através do Departamento de Recursos Humanos.

O objetivo principal do programa é desencadear no empregado e família, representada pela esposa ou pessoa muito próxima, um processo de reflexão contínua sobre questões afetas à proble-

mática que envolve a aposentadoria, visando a assegurar o seu bem-estar presente e futuro.

Nossa intenção é orientar, esclarecer e auxiliar os participantes do programa para que busquem, de acordo com sua maneira de viver que é essencialmente particularizada, enfrentar de forma ativa os momentos que antecedem à ruptura das relações de trabalho e sociais decorrentes do exercício profissional.

Pretendemos também com os esclarecimentos e dinâmicas aplicadas no programa que cada um, dentro de sua própria individualidade, maneira de ser, encontre alternativas para ocupar o seu tempo livre de forma criativa e salutar.

O modo de realização do programa é concentrá-lo durante uma semana. Através da reflexão e lazer convivemos com os participantes praticamente em período integral.

O conteúdo programático consta de reflexões dinâmicas que abordam os seguintes temas:

- Social
- Psicológico
- Previdência Social
- Previdência Privada
- Questões Trabalhistas
- Aspectos Financeiros

- Lazer
- Saúde
- Depoimentos

Procuramos convidar o empregado(a) a partir dos vinte e oito anos de contribuição previdenciária.

A periodicidade de realização do programa é trimestral. Envolvermos em média, em cada etapa, um grupo de vinte e cinco casais.

Realizamos até o momento doze programas, abrangendo aproximadamente quinhentas pessoas entre empregados, esposas e alguns familiares.

Os eventos têm alcançado pleno êxito, pois além de enfocarmos questões estritamente ligadas à aposentadoria, procuramos criar um clima de amizade e entrosamento no grupo, que favoreça a troca de experiências e minimizem as ansiedades e preocupações tão comuns no momento em que as pessoas se deparam com a proximidade da aposentadoria.

De acordo com a política da empresa de valorização do homem, respeito à sua liberdade e dignidade é que nos propusemos a elaborar este trabalho, visando criar condições aos pré-aposentados para refletirem, questionarem e identificarem propostas à nova etapa de suas vidas - a aposentadoria.





O livro é o resultado de pesquisas e estudos realizados pelo autor francês, durante uma viagem de cinco meses, percorrendo o Brasil de norte a sul.

Abordando o histórico e a organização dos serviços de proteção social, percorre todos os passos processuais da criação da Previdência Social e Privada, os Estatutos dos Funcionários, menciona rapidamente as ações até hoje levadas a efeito em favor das pessoas idosas e, finalmente, faz algumas considerações sobre o envelhecimento demográfico no Brasil.

O título sugere uma reflexão sobre possíveis alternativas de política social para a velhice, o que, porém, não acontece. Aliás, o autor não pretendia isso. Sua intenção, como ele mesmo diz, não é fazer um trabalho inédito, mas apenas informar um pouco mais a seus compatriotas a respeito de uma realidade que muitos desconhecem e dar aos brasileiros a oportunidade de observar a mesma realidade através da visão de alguém que a focaliza à distância.

Pelo menos junto ao público que desconhece o problema do idoso brasileiro, presume-se que os objetivos tenham sido alcançados, dada à profusão e meticulosidade de informações reforçadas por um sem número de quadros e gráficos demonstrativos que tornam a leitura às vezes fasti-

diosa e cansativa. Um risco que o autor assumiu conscientemente para salvaguardar a veracidade de suas afirmações.

Não obstante, o conteúdo da obra revela-se interessante para o leitor que deseja ilustrar seus estudos com dados mais detalhados ou citações de projetos de leis ainda não suficientemente divulgados pela literatura de que dispomos nesta área.

Pelo acervo de informações recolhidas em todos os quadrantes do território nacional, esperava-se uma análise mais profunda do problema do velho no Brasil. E o leitor poderá se sentir um pouco frustrado por não encontrar proposta alguma concreta de política social para a velhice, já, como insinua o roteiro da obra.

Em poucas palavras, tocou-se na ferida do doente, fez-se o diagnóstico, estabeleceu-se a etiologia do mal, mas não se prescreveu o medicamento com possibilidades de atenuar o sofrimento do paciente.

Neste sentido, o título ultrapassa o contexto que, repetimos, é válido pela riqueza de informações históricas sobretudo no que diz respeito à legislação social e catalogação de dados estatísticos.

OSVALDO GONÇALVES DA SILVA

NACIONAIS

. O Simpósio Nacional sobre "O Resgate do Sentido da Velhice", realizado em agosto do ano passado, teve grande repercussão entre os técnicos que estiveram presentes. A abordagem diferente e a riqueza do conteúdo das palestras e das mesas-redondas nos motivaram a divulgar no próximo número desta revista os temas que foram apresentados. Poderemos assim satisfazer aos inúmeros pedidos que têm chegado à nossa redação. Aguardem.

. Realizou-se em Campinas, interior do Estado de São Paulo, em março deste ano, a I Jornada Rotária sobre o envelhecimento. Esta iniciativa do Distrito 459 (região de Campinas-SP) teve a coordenação técnica da Associação Nacional de Gerontologia - ANG e do Serviço Social do Comércio - SESC de São Paulo.

Por ocasião do evento, que contou com a participação de cerca de trinta técnicos em mesas-redondas, palestras e conferências, foram apresentadas algumas propostas, a título de sugestão, para que se efetivem políticas municipais para a terceira idade.

Em suma, tratou-se de agilizar junto à comunidade o atendimento ao idoso no que diz respeito à educação continuada, à saúde, à moradia, nos seus aspectos de conforto e segurança, ao transporte, lazer, assistência jurídica e social e à sua participação na vida comunitária.

Para que sejam atingidos esses objetivos, é necessária uma ampla mobilização dos recursos locais. Esse trabalho, que se pretende estender a outros municípios, nada mais representa que a interpretação, na prática, do art. 230 da Constituição Federal que reza: "A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida". Isto se chama responsabilidade cívica.

. Entre os projetos da Associação Nacional de Gerontologia - ANG, programou-se para este ano de 1989 a realização de três seminários regionais, com o objetivo de se estabelecer um diagnóstico sobre a situação social dos idosos na sociedade brasileira, para uma política social nesse setor.

Este projeto preocupa-se sobretudo com a necessidade de se levantar dados da situação real que envolve esse segmento etário, a fim de se viabilizar um atendimento mais racional e sistemático do idoso.

Essa iniciativa está sendo apoiada pelos governos dos estados de Goiás, Maranhão e Santa Catarina, sedes dos eventos.

Posteriormente, os resultados e conclusões dos trabalhos das três regiões serão objeto de apreciação em um Seminário Nacional a ser realizado oportunamente em Brasília/DF.

. O Departamento Regional do SESC no Estado do Rio de Janeiro promoveu o I Encontro Estadual da Terceira Idade no período de 1º a 6 de agosto do corrente ano, na cidade de Nova Friburgo.

A participação foi aberta a grupos de idosos e profissionais da área.

A participação de cerca de 600 pessoas demonstra o interesse despertado pelo evento.

. Para dar prosseguimento aos estudos e pesquisas realizados pelo extinto Centro Internacional de Gerontologia Social na América Latina, foi criado o Centro Latino Americano de Gerontologia - GELAG.

Nesta fase de implantação, a sede do CELAG estará na Argentina, sob a presidência de Félix Nalim. Para o cargo de vice-presidente foi designado o gerontólogo Marcelo Antonio Salgado (Brasil) e para o de secretário geral, E. La Rosa (Peru), os quais, juntamente com o presidente se encarregarão de estruturar o novo órgão.

INTERNACIONAIS

Realizou-se em Paris, em outubro do ano passado, o "Seminário franco-brasileiro sobre o envelhecimento: comparação entre duas sociedades", promovido pela Fondation Nationale de Gérontologie e pela Associação Nacional de Gerontologia - ANG, Serviço Social do Comércio - SESC e Associação Cearense Pró Idosos - ACEPI.

Este seminário resultou do projeto franco-brasileiro de intercâmbio cultural firmado pelas presidências dos dois países.

Pela primeira vez, Brasil e França se reúnem para tratar especificamente do problema da velhice em suas respectivas comunidades.

Estiveram presentes ao evento inúmeros especialistas brasileiros e franceses.

Entre os brasileiros destacamos: Marcelo Antonio Salgado, presidente de honra do seminário, Maria José Barroso, Nara Rodrigues, Dirceu Nogueira Magalhães, Verônica Carneiro, Neusa Mendes Guedes, Maria Tereza de Albuquerque Rocha

Souza, Zilma Gurgel Cavalcanti, Ana Luiza Dortas Valadares e outros, num total de quarenta e cinco pessoas.

Representando os franceses, compareceram os seguintes especialistas: M. Théo Braun, ministro encarregado dos assuntos referentes aos idosos, Mme. Françoise Forette, diretora da Fondation Nationale de Gérontologie, M. Robert Castel e Anne Marie Guillemard, professores de sociologia da Universidade de Sorbone, Mme Claudine Donfut e Alan Rozenkier da Caisse-Vieillesse, M. Amédée, inspetor geral do Ministério da Solidariedade, M. Jean Michel Hôte, diretor do Cleirpa, M. Paul Paillat, da diretoria da Fondation Nationale de Gérontologie, Mme. Hélène Réboul, professora da Universidade de Lion e outros cientistas e profissionais da área.

Na oportunidade, foram apresentados diversos projetos de cooperação técnica entre órgãos franceses e a Associação Nacional de Gerontologia - ANG, com o objetivo de desenvolver trabalhos científicos sobre a realidade brasileira.

CONSELHO REGIONAL DO SESC DE SÃO PAULO

PRESIDENTE
Abram Szajman

Membros Efetivos

Aldo Minchillo
Antonio Pereira Magaldi
Augusto da Silva Saraiva
Fileto de Oliveira e Silva Netto
Isaac Naspitz
João Martin Rúbia
Jorge Gabriel
José Santino de Lira Filho
Juljan Dieter Czapski
Manuel Henrique Farias Ramos
Orlando Rodrigues
Pedro Labate
Rui Vieira
Sérgio José Alves de Almeida
Waldemar Albien

Membros Suplentes

Airton Salvador Pellegrino
Carlos Augusto Ribeiro Machado da Costa
Fernando Soranz
Geraldo Milani
Ivo Dall'Acqua Júnior
João Pereira Góes
Luciano Figliolia
Mauro Mendes Garcia
Moacyr Beltrame
Nelson Dias de Oliveira
Nerino Soldera
Renaldo Pizzimenti
Walcídio de Castro Oliveira

REPRESENTANTES JUNTO AO CONSELHO NACIONAL

Membros Efetivos

Abram Szajman
Aurélio Mendes de Oliveira
Raul Cocito

Membros Suplentes

José Edgard Pereira Barretto Filho
Olivier Mauro Viteli Carvalho
Manoel José Vieira de Moraes

DIRETOR DO DEPARTAMENTO REGIONAL

Danilo Santos de Miranda

Promover o bem-estar social é nosso ofício



Aceitar desafios é nosso modo de ser

O SESC quer ver todo mundo bem.
Quer que os trabalhadores no comércio pratiquem
esportes, aproveitem ao máximo suas férias e se
desenvolvam culturalmente. Com muita saúde e boa
alimentação.
E quer, principalmente, que participem muito.
Crianças e jovens. Adultos e idosos.

Porque acima de tudo o SESC é uma instituição
educativa, sempre de olho no amanhã. E participar
é fundamental para se construir um futuro melhor.
Não é uma tarefa fácil.
Os empresários do comércio que mantêm e dirigem
o SESC sabem disso.
Mas promover o bem-estar social é nosso ofício.
Aceitar desafios é o nosso modo de ser.